IP 7-35

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Instruções Provisórias

O BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE

1ª Edição

1996

IP 7-35

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Instruções Provisórias

O BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE

1ª Edição

1996

Preço: R$

CARGA
EM.................

PORTARIA Nº 129-EME, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1996

Aprova as Instruções Provisórias IP 7-35 - O Batalhão de Infantaria Leve, 1ª Edição, 1996.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso da competência que lhe confere o artigo 91 das IG 10-42 - INSTRUÇÕES GERAIS PARA CORRESPONDÊNCIA, PUBLICAÇÕES E ATOS NORMATIVOS NO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, aprovadas pela Portaria Ministerial Nº 433, de 24 de agosto de 1994, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Provisórias IP 7-35 - O BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE, 1ª Edição, 1996, que com esta baixa.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex DELIO DE ASSIS MONTEIRO
Chefe do Estado-Maior do Exército

NOTA

Solicita-se aos usuários destas instruções provisórias a apresentação de sugestões que tenham por objetivo aperfeiçoá-la ou que se destinem à supressão de eventuais incorreções.

As observações apresentadas, mencionando a página, o parágrafo e a linha do texto a que se referem, devem conter comentários apropriados para seu entendimento ou sua justificação.

A correspondência deve ser enviada diretamente ao EME, de acordo com o artigo 78 das IG 10-42 - INSTRUÇÕES GERAIS PARA CORRESPONDÊNCIA, PUBLICAÇÕES E ATOS NORMATIVOS NO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, utilizando-se a carta-resposta constante do final desta publicação.

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

ARTIGO I

GENERALIDADES

1-1. FINALIDADE

a. Estas Instruções Provisórias apresentam uma concepção de como as unidades de infantaria leve poderão ser empregadas nos mais diversos tipos de operações, sejam elas ofensivas, defensivas ou com características especiais. Tratam do Batalhão de Infantaria Leve (BIL), novo e importante instrumento de combate colocado à disposição da Força Terrestre e têm como principal objetivo estabelecer bases e princípios doutrinários, de forma a explorar, ao máximo, as suas possibilidades, reduzir as suas limitações e otimizar o seu emprego no âmbito do Exército Brasileiro. Apresentam, ainda, considerações diversas no que se refere à sua estrutura organizacional, ao seu emprego operacional, às suas missões, ao preparo e ao adestramento do seu pessoal, subunidades e frações.

b. Os princípios nelas contidos devem ser aplicados em consonância e complemento aos princípios gerais preconizados nos Manuais de Campanha da série INFANTARIA.

1-2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

a. No Brasil, a Infantaria Leve surgiu devido à necessidade sentida pela Força Terrestre de possuir um elemento dotado de grande flexibilidade e capacidade operacional, em condições de deslocar-se e atuar com rapidez e eficiência em qualquer parte do território nacional. É a tropa mais apta à execução de operações de assalto aeromóvel (Op Ass Amv).

b. A Infantaria Leve constitui-se em valioso instrumento de guerra, capaz de

contribuir para a decisão do combate. Não se trata de uma infantaria que se despiu de seu material, armamento e equipamento pesados e de seus meios de transporte orgânicos. Trata-se, sim, de uma tropa dotada de grande flexibilidade, apta ao combate continuado, vocacionada para a execução de tarefas que exijam a aplicação de técnicas especiais de combate, para surpreender o inimigo e facilitar a sua destruição.

c. As unidades de infantaria leve, poderão ser empregadas, **com limitações**, de uma forma convencional, nas mais variadas situações. No entanto, atuarão de maneira mais eficiente quando empregadas em conjunto com tropas mais pesadas, agindo em proveito das mesmas, procurando cumprir missões que propiciem o êxito da operação como um todo. Essa mescla leve/pesada, princípio básico para o emprego dessa tropa, tem como principal vantagem a grande flexibilidade tática que representa.

d. Em geral, a força leve deve atuar em zonas restritas, tais como florestas, áreas urbanas, montanhas e redutos inimigos, liberando a força pesada para a manobra e o combate decisivos. O perfeito conhecimento de suas características, possibilidades e limitações dará ao comandante que dispõe de uma tropa de infantaria leve excelentes condições de bem utilizar uma das mais eficientes armas do combate moderno.

e. A concepção da estrutura organizacional, aliada aos itens componentes do quadro de dotação de material, possibilita ao BIL utilizar-se de qualquer meio de transporte para seu deslocamento estratégico (com ênfase na utilização de aeronaves de asas fixas) e, na área de operações, utilizar-se de aeronaves de asas rotativas para seu emprego tático em combate.

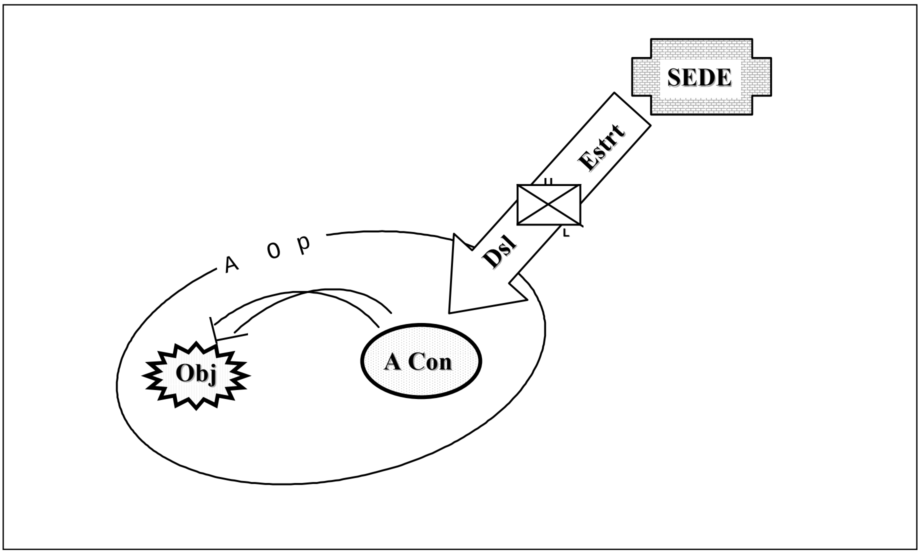


Fig 1-1. Esquema de um deslocamento para área de operações

ARTIGO II

CARACTERÍSTICAS

1-3. CARACTERÍSTICAS

A infantaria leve em função da sua destinação e do seu material de dotação possui algumas características que a distinguem dos outros tipos de infantaria, a saber:

a. apropriada para executar de Op Ass Amv;

b. apropriada para realizar infiltrações através das posições inimigas e atacar seus flancos e retaguarda;

c. é orientada para a realização de ações ofensivas;

d. adota a surpresa como seu fundamental princípio tático;

e. obtém a surpresa por intermédio da velocidade e agressividade;

f. possui excelente mobilidade em terreno restrito e sob condições de pouca visibilidade;

g. opera independentemente de eixos de suprimento e de comunicações;

h. seus homens são dotados de elevada iniciativa e criatividade.

ARTIGO III

POSSIBILIDADES, LIMITAÇÕES E MISSÕES

1-4. POSSIBILIDADES

a. A infantaria leve caracteriza-se, dentre outros aspectos, por sua grande flexibilidade. O comandante da força que enquadra um determinado elemento dessa natureza e ciente de suas limitações e possibilidades, contará com valioso instrumento que poderá ser empregado para, agindo em proveito da força como um todo, executar tarefas que facilitarão ou decidirão o cumprimento da missão. Características próprias contribuem para que suas possibilidades sejam muito superiores às suas limitações. No entanto, para que se possa cumprir um elevado número de missões, independentemente do tipo de operação que se esteja realizando, faz-se necessário que o escalão superior reforce essa força com meios de apoio ao combate e apoio logístico. Isso irá minimizar as possibilidades de fracasso no cumprimento da missão. Tais necessidades de apoio serão levantadas pelo comandante do batalhão, após ter realizado uma criteriosa análise da missão.

b. Algumas de suas possibilidades que poderão ser exploradas quando da

concepção e da execução de uma determinada operação:

(1) realizar operações de assalto aeromóvel, organizando-se em uma força-tarefa aeromóvel;

(2) atuar, com elevado desempenho no combate noturno e na infiltração tática;

(3) executar operações sob quaisquer condições de terreno e/ou condições meteorológicas;

(4) operar como um todo, ou parceladamente, de acordo com a missão a ser cumprida;

(5) participar de operações inerentes a uma força de ação rápida (FAR);

(6) participar de operações aeromóveis e aerotransportadas;

(7) participar de uma força combinada;

(8) realizar operações no âmbito de um quadro de defesa interna e defesa territorial;

(9) cooperar nas operações envolvendo grandes unidades (Mec, Bld e Mtz), normalmente sob o controle operacional dos escalões brigada e divisão de Exército;

(10) compor subunidades ou frações, com os meios existentes, de acordo com a missão a ser cumprida;

(11) deslocar-se rapidamente, mesmo a grandes distâncias, utilizando-se de meios aéreos adequados, ou outros meios postos à disposição;

(12) participar de operações visando desorganizar as ações inimigas.

1-5. LIMITAÇÕES

a. Concebida para ser empregada de forma peculiar, o BIL possui diferenças marcantes em relação às demais unidades de infantaria. Apresenta particularidades, principalmente no que se refere à estrutura organizacional, pessoal, material, armamento e equipamento.

b. Tais aspectos, aliados à finalidade dessa unidade, impõem-lhe limitações que deverão ser levadas em conta quando do seu emprego. Algumas dessas limitações estão listadas a seguir:

(1) capacidade de durar na ação, com seus meios orgânicos, restrito a um período de 48 (quarenta e oito) horas;

(2) vulnerável quando operando em terrenos abertos;

(3) as operações de assalto aeromóvel são dependentes das condições climáticas e meteorológicas;

(4) mobilidade tática restrita a do homem a pé;

(5) reduzido apoio de fogo e apoio logístico orgânicos que limitam sua capacidade de durar na ação;

(6) a maioria de seus meios orgânicos de transporte destinam-se, basicamente, ao comando e controle, ao apoio de fogo e apoio logístico;

(7) limitada proteção antiaérea;

(8) limitada proteção contra blindados;

(9) limitada ação de choque;

(10) limitada proteção contra os efeitos de armas químicas, biológicas e nucleares.

1-6. MISSÕES

Conhecidas as possibilidades e as limitações do BIL, listam-se algumas das missões que lhe são características. Tratam-se de missões de caráter geral, para as quais essa unidade está vocacionada e que se aplicam tanto às operações ofensivas quanto às defensivas.

a. Conquistar e manter, por tempo limitado,objetivos à retaguarda do inimigo, sob quaisquer condições ambientais, realizando operações de assalto aeromóvel e infiltrações terrestres, a fim de cooperar com a manobra do escalão superior.

b. Infiltrar-se através das posições defensivas inimigas, durante a noite, antecedendo o ataque, para:

(1) neutralizar seu comando/controle, apoio de fogo e apoio logístico;
(2) bloquear uma vias de acesso de suas reservas;
(3) abrir brechas através de obstáculos preparados;
(4) assegurar vias de acesso, principalmente, em terreno difícil de ser transposto, para forças consideradas pesadas;
(5) atuar contra os flancos e retaguarda;
(6) fixar formações inimigas maiores, por meio da manobra, do seu apoio de fogo orgânico e dos fogos colocados em reforço, para permitir que outras forças possam manobrar.

c. Isolar localidades, por meio da conquista de acidentes capitais e controle das vias penetrantes.

d. Ser empregado em ações que devam ser desencadeadas no interior de localidades, tais como graves perturbações da ordem; controle e defesa de instalações vitais (de utilidade pública), e proporcionar segurança e/ou isolamento de algumas instalações.

ARTIGO IV

ORGANIZAÇÃO

1-7. GENERALIDADES

a. O BIL é organizado de forma a prover todo tipo de apoio às 03 (três) companhias de fuzileiros. Ele é estruturado em comando, uma companhia de comando e apoio, 03 (três) companhias de fuzileiros e 01 (uma) base administrativa, que é encarregada da manutenção das atividades administrativas do dia-a-dia do BIL, não possuindo encargos operacionais.

b. Em função da missão atribuída, o batalhão poderá receber em reforço:

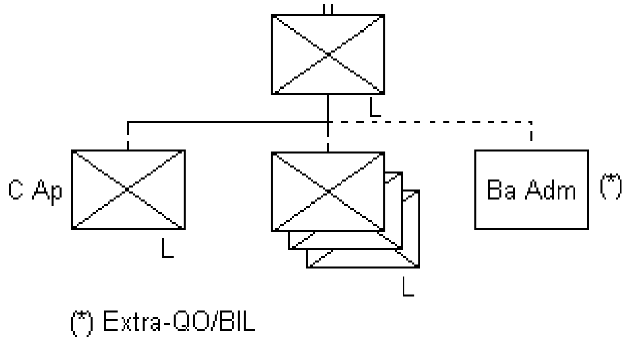


Fig 1-2. Estrutura organizacional do BIL

(1) meios de artilharia antiaérea;
(2) um pelotão de engenharia, que poderá ser reforçado com equipamentos mais pesados;
(3) meios da Aviação do Exército;
(4) meios de guerra eletrônica;
(5) O Lig da F Ae e da Av Ex, para assessorar o Cmdo Btl nos pedidos de apoio aéreo e na realização de operações de assalto aeromóvel;
(6) meios de apoio logístico.

c. O comando, após o estudo de situação, poderá constituir frações provisórias para melhor cumprir a missão recebida. Podem ser citados como exemplos:
(1) reunir as peças de metralhadora para formar um pelotão;
(2) reforçar os Pel Fzo com elementos de saúde;
(3) reunir as Sec AC das SU, passando-as ao controle do Cmt Pel AC, em função da existência de uma única área de destruição de blindados;
(4) distribuir elementos de Ap Log às subunidades, quando estiverem atuando isoladamente.

1-8. COMANDO E ESTADO-MAIOR (CONSTITUIÇÃO)

a. Comando - Comandante do batalhão.

b. Estado-Maior
(1) Estado-Maior Geral
(a) Subcomandante.
(b) Oficial chefe da 1ª Seção - Pessoal (S1).
(c) Oficial chefe da 2ª Seção - Inteligência (S2).
(d) Oficial chefe da 3ª Seção - Operações e Instrução (S3).
(e) Oficial chefe da 4ª Seção - Logística (S4).
(2) Estado-Maior Especial

(a) Oficial adjunto da 3ª Seção - Oficial de ligação com a F Ae/Av Ex e auxiliar e apoio de fogo.

(b) Oficial de defesa antiaérea - Comandante do pelotão de comando (adjunto do S2).

(c) Oficial de reconhecimento - Comandante do pelotão de reconhecimento (adjunto do S2).

(d) Oficial de comunicações - Comandante do pelotão de comunicações (adjunto do S3).

(e) Oficial de defesa anticarro - Comandante do pelotão anticarro (adjunto do S3).

(f) Oficial de munições e DQBN - Comandante do pelotão de suprimento (adjunto do S4).

(g) Oficial de saúde - Comandante do pelotão de saúde (adjunto do S4).

(g) Oficial de manutenção e transporte - Comandante do pelotão de manutenção e transporte (adjunto do S4).

(i) Responsável pela área do Posto de Comando - Comandante da companhia de comando e apoio (adjunto do S1).

(j) Responsável pela área trens de combate do batalhão - Subcomandante da companhia de comando e apoio (adjunto do S4).

(l) Responsável pela área trens de estacionamento do batalhão - Subcomandante do pelotão de suprimento (adjunto do S4).

c. Comandante do batalhão

(1) Comanda todos os elementos do batalhão incluindo os reforços recebidos, com destaque para os meios de Aviação do Exército para o cumprimento de uma das principais missões do BIL, que é a de realizar o assalto aeromóvel. Nessa situação, o comandante do BIL será o comandante da força-tarefa aeromóvel.

(2) É o responsável pelo comando e controle da unidade assim como por sua instrução, adestramento, disciplina, emprego e bem-estar de seus comandados. Seus deveres exigem que tenha perfeito conhecimento sobre o emprego tático e técnico dos meios da unidade e sobre as possibilidades e, principalmente, limitações de seus elementos orgânicos.

(3) A decisão para o cumprimento da missão é de sua inteira responsabilidade e baseada, pricipalmente, nas possibilidades e limitações do BIL.

(4) Pela característica de emprego descentralizado, o comandante do BIL deverá fazer com que todos os seus comandados saibam de sua intenção para o cumprimento das missões. Essa intenção deverá ser difundida aos demais integrantes do Batalhão.

(5) O aprestamento deverá ser baseado em diretrizes do comandante para o cumprimento de determinada missão, como por exemplo, necessidade, ou não, de viaturas, de reparos de metralhadora, da carga individual a ser conduzida, do tipo de armamento, tipo e quantidade de munição, etc.

d. Subcomandante do batalhão - É o segundo elemento em comando do batalhão e o principal assessor do comandante. Sua missão primordial é dirigir e coordenar os trabalhos do estado-maior, de acordo com as diretrizes emanadas do comandante. Ele deve estar preparado para assumir o comando do batalhão a qualquer momento.

e. Estado-maior do batalhão

(1) Estado-Maior Geral - Seus integrantes são elementos de assessoramento para a tomada de decisões por parte do comandante.

(2) Estado-Maior Especial

(a) São elementos que possuem funções e habilitações técnicas e que assessoram diretamente os diferentes chefes de seções do estado-maior geral.

(b) O oficial S3-do-ar (adjunto do chefe da 3ª seção) é o responsável pelas ligações entre os elementos de Força Aérea e/ou da Aviação do Exército, que apóiam as operações do batalhão.

(c) O Manual de Campanha C 100-5 - ESTADO-MAIOR E ORDENS tece maiores detalhes sobre as atribuições de cada membro de estado-maior de unidade.

1-9. COMPANHIA DE COMANDO E APOIO

A Cia C Ap tem por missão prestar o apoio ao combate e o apoio logístico aos elementos constitutivos do BIL.

a. Organização

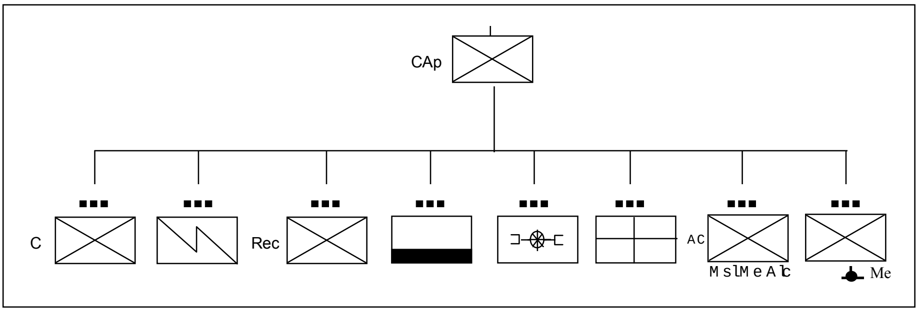


Fig 1-3. Estrutura organizacional da Cia C Ap/BIL

(1) Comando da SU (Cmdo SU).
(2) Pelotão de Comando (Pel C).
(3) Pelotão de Comunicações (Pel Com).
(4) Pelotão de Reconhecimento (Pel Rec).
(5) Pelotão de Suprimento (Pel Sup).
(6) Pelotão de Manutenção e Transporte (Pel Mnt Trnp).
(7) Pelotão de Saúde (Pel Sau).
(8) Pelotão Anticarro (Pel AC).
(9) Pelotão de Morteiros Médios (Pel Mrt Me).

b. Comando da Subunidade

(1) Composto pelo comandante, que é auxiliado pelo subcomandante.

(2) O Cmt, além das suas atribuições normais é, também, o Cmt do PC/ BIL. Idem em relação ao Sub Cmt que também é o Cmt dos trens da unidade e adjunto do oficial chefe da 4ª Seção.

c. Pelotão de Comando

(1) Estrutura

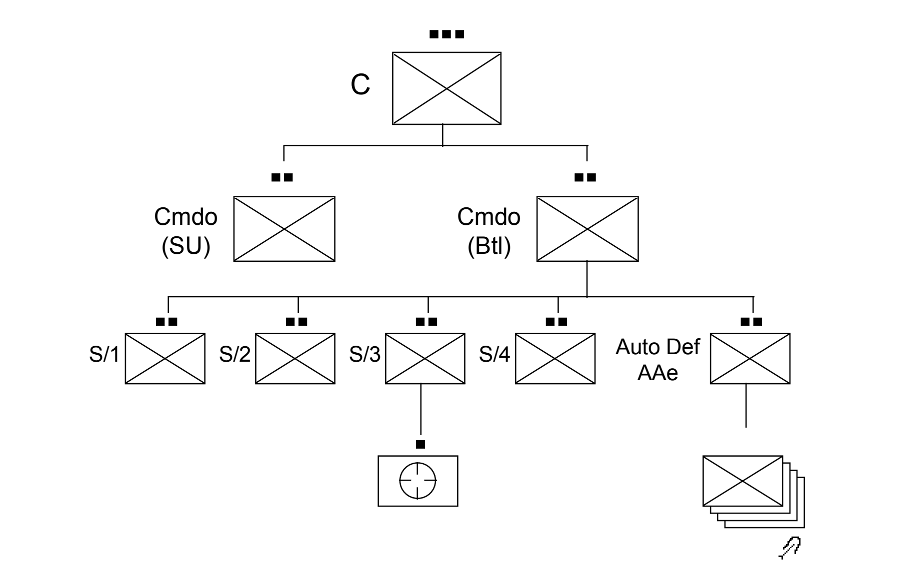


Fig 1-4. Estrutura do Pel C

(a) Cmt do Pel.

(b) Seção de Comando da Subunidade.

(b) Seção de Comando do Batalhão:

- Gp S/1, incluindo a Turma do Comandante do Batalhão;
- Gp S/2;
- Gp S/3, incluindo a Turma de Caçadores;
- Gp S/4;
- Grupo de Autodefesa Antiaérea, com 4 peças (posto de tiro/lançador e guarnição) de mísseis AAe.

(2) A Seção de Comando da Subunidade auxilia o Cmdo da SU nos preparativos para o combate e no controle da SU durante as operações.

(3) No caso da Seção de Comando do Batalhão:

(a) mobilia em meios de pessoal e material as diferentes seções do EM Geral do BIL;

(b) participará da coordenação da autodefesa antiaérea e dos trabalhos a serem realizados por elementos de engenharia que, normalmente, reforçam o batalhão (utilização de explosivos para abertura de pequenas brechas, abatises, confecção de obstáculos de arame, etc);

(c) considerações sobre o grupo de caçadores:

- o módulo de emprego é a turma de caçadores;
- o planejamento do seu emprego ficará a cargo do oficial de operações, assessorado pelo oficial de informações;

- o grupo pode atuar em conjunto com o Pel Rec.

OBSERVAÇÃO: As Instruções Provisórias IP 21-2 - O CAÇA-DOR, regulam o seu emprego.

d. Pelotão de Comunicações

(1) Estrutura

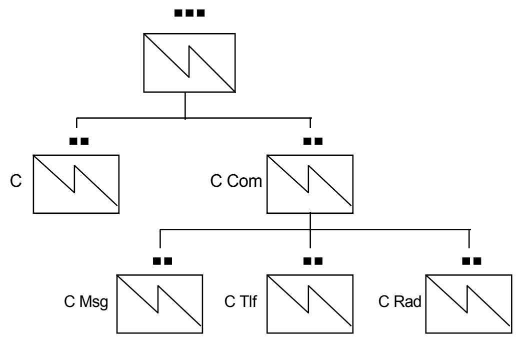


Fig 1-5. Estrutura organizacional do Pel Com

(a) Cmt Pel.
(b) Grupo de Comando.
(b) Seção de Comando e Comunicações
- Grupo do Centro de Mensagens.
- Grupo de Telefonistas.
- Grupo Rádio.

(2) Responsável pela instalação, operação e manutenção dos sistemas rádio e fio e do processamento de mensagens expedidas e recebidas. É o elemento fundamental para as ações de comando e controle do comandante do batalhão tendo em vista, principalmente, o emprego descentralizado das subunidades de fuzileiros.

(3) O comandante do pelotão é o oficial de comunicações do BIL.

e. Pelotão de Reconhecimento

(1) Estrutura
(a) Cmt Pel.
(b) Gp Cmdo.
(c) Gp Rec (03).

(2) Suas atividades são planejadas e controladas pelo oficial chefe da 2ª seção, em coordenação com o S3 do Btl.

(3) Sua missão básica é coletar informes e prover limitada segurança às operações desenvolvidas pela unidade. Neste contexto, as missões peculiares do Pel Rec são:
(a) realizar reconhecimentos de itinerários e áreas;
(b) estabelecer postos de observação e vigilância;
(c) realizar limitadas operações como elemento de cobertura (basica

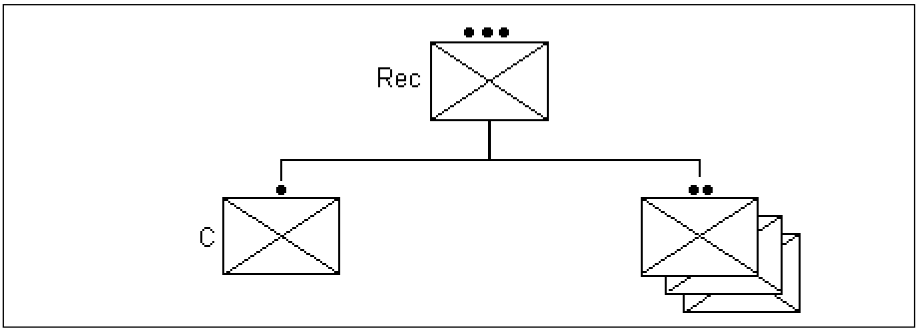


Fig 1-6. Estrutura organizacional do Pel Rec

mente, dar o alerta ante a aproximação de tropa inimiga);

(d) desenvolver ações para anular o reconhecimento de elementos inimigos (contra-reconhecimento);

(e) realizar missões de ligação;

(f) realizar ações nas quais um ou mais de seus elementos atue(m) como guia(s);

(g) realizar, como missão secundária, tarefas de elemento observador avançado.

(4) Normalmente, opera no raio de alcance do seu equipamento rádio orgânico - na faixa de 3 km a 5 km - sendo dotado com motocicletas "fora-de-estrada".

(5) O planejamento para o seu emprego deverá prever a necessidade de resgatá-lo durante o cumprimento de determinada missão.

(6) O grupo ou uma turma de caçadores poderá reforçar o Pel Rec em missões específicas.

f. Pelotão de Morteiros Médios

(1) Estrutura

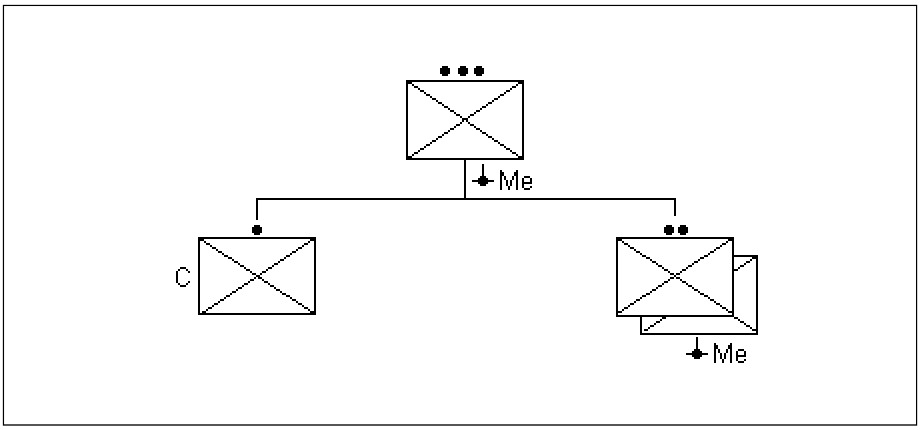


Fig 1-7. Estrutura organizacional do Pel Mrt Me

(a) Cmt do Pel.
(b) Gp Cmdo.
(c) Sec Mrt Me - Duas, a duas peças cada.

(2) Sua missão é proporcionar imediato e cerrado apoio de fogo às manobras do batalhão.

(3) O Cmt Btl poderá empregar o Pel Mrt Me como um todo, por seção e por peça.

(a) Pel como um todo - Nesse tipo de emprego, o Pel atuará como unidade de tiro e atirará sob o controle do seu Cmt Pel.

(b) Por seções - Cada seção atuará isoladamente (com as suas duas peças). Tal situação ocorrerá quando o Btl for empregado numa frente mais larga que o normal ou esteja, por exemplo, empregando suas SU descentralizadamente.

(c) Por peças:

1) Pç Mrt Me como unidade de tiro independente - Esse tipo de emprego poderá ser utilizado para o cumprimento de missões tais como as listadas a seguir:

a) iluminação de uma área, realizada por apenas uma peça;
b) apoio a ações de emboscada;
c) apoio às frações do Btl em ações altamente descentralizadas;
d) ajustagem independente do tiro.

2) A atuação do Pel Mrt Me por peças é a forma de emprego menos desejável da qual poderá lançar mão o Cmt Btl. No entanto, esse método poderá ser empregado para cobrir largas frentes ou, ainda, durante a realização de um Mvt retrógrado e na proteção de instalações vitais da unidade.

3) Se o Pel for empregado por peças, cada uma delas passará em reforço da fração a qual apóia.

(4) Quando ocorrer a situação na qual o Pel Mrt Me não puder, como um todo, apoiar a manobra do Btl, agindo em ação de conjunto, deve lançar mão das formas de emprego apoio direto e reforço.

g. Pelotão Anticarro

(1) Estrutura

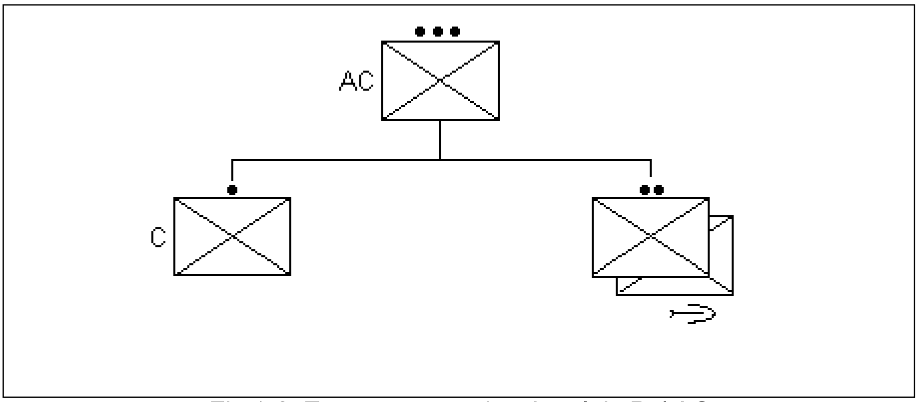


Fig 1-8. Estrutura organizacional do Pel AC

(a) Cmt Pel.
(b) Grupo de comando.
(c) Seção AC - Duas, a duas peças cada.
(2) É o responsável pelo apoio orgânico de defesa anticarro (autodefesa) do BIL.
(3) Poderá ser empregado em ação de conjunto, apoio direto e em reforço.
(4) Quando em reforço, o Pel AC (ou a Sec AC) passa a ter suas necessidades administrativas e logísticas, bem como o seu emprego tático, sob a responsabilidade do Cmt do elemento em benefício do qual estará atuando. A maior vantagem do emprego em reforço está na rapidez no atendimento do apoio solicitado.
(5) Em apoio direto, o emprego tático ficará a cargo do elemento apoiado enquanto que os apoios logístico e administrativo permanecerão sob a responsabilidade do Cmt Pel/Sec, em contato com o Cmt da Cia Cmdo do Btl.
(6) Em ação de conjunto, o Cmt Pel manterá a responsabilidade pelo emprego tático e pelo apoio logístico e administrativo de sua fração. A maior vantagem dessa forma de emprego está no fato de o Cmt Btl manter a sua capacidade de fogo anticarro disponível para ser empregada em prol da unidade como um todo.
(7) Caracteriza-se por operar com grande rapidez e flexibilidade ocupar e desocupar uma posição de tiro.

h. Pelotão de Suprimento
(1) Estrutura

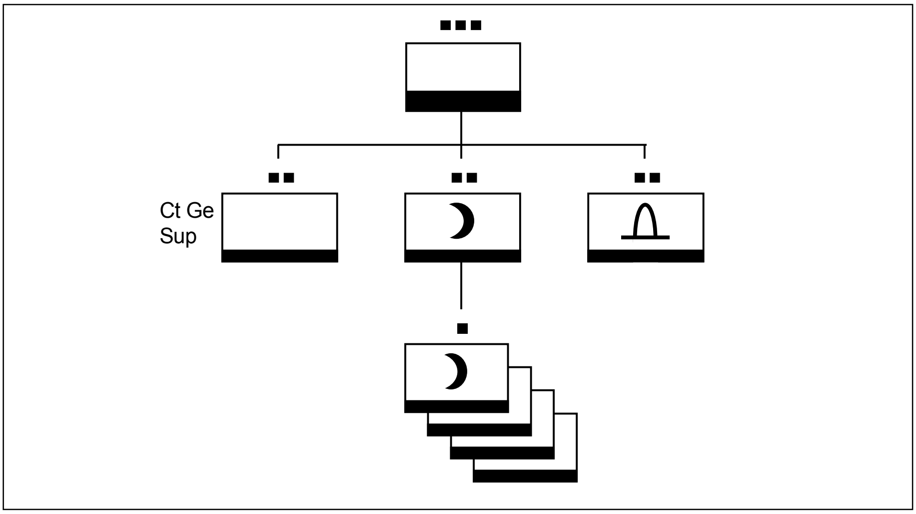


Fig 1-9. Estrutura organizacional do Pel Sup

(a) Cmt e SCmt Pel.
(b) Seção de Controle Geral de Suprimento.
(c) Seção de Apoio Direto de Suprimento Classe I - Constituído de 4 (quatro) Grupos de Apoio Direto de Suprimento Classe I, que reforçarão as subunidades quando atuarem descentralizadamente.

(d) Seção de Munição.

(2) É o principal elemento de apoio logístico no BIL, sendo responsável pelo suprimento, principalmente, de classe I, V e água. Ele realiza, através do apoio direto, as atividades de ressuprimento para as subunidades de fuzileiros. No concernente ao suprimento classe V ele transporta parte da dotação orgânica do batalhão, além daquela já distribuída pelas subunidades.

(3) O comandante do pelotão também é o oficial de munições e DQBN do batalhão, sendo oficial adjunto do oficial da 4ª Seção.

i. Pelotão de Saúde

(1) Estrutura

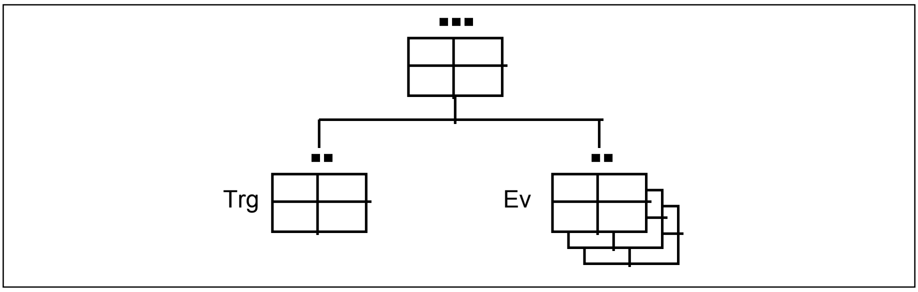


Fig 1-10. Estrutura organizacional do Pel Sau

(a) Cmt e SCmt Pel.

(b) Grupo de Triagem.

(c) Grupo de Evacuação (3).

(2) É o encarregado pelo apoio em serviço de saúde para os integrantes do BIL. Possui um comandante e um subcomandante para possibilitar o apoio através de duas equipes de apoio direto a serem formadas em caso de necessidade. Dependendo da situação, seus elementos poderão ficar em apoio direto a determinados pelotões de fuzileiros das subunidades de fuzileiros.

(3) O comandante do pelotão é o oficial de saúde do BIL.

j. Pelotão de Manutenção e Transporte

(1) Estrutura

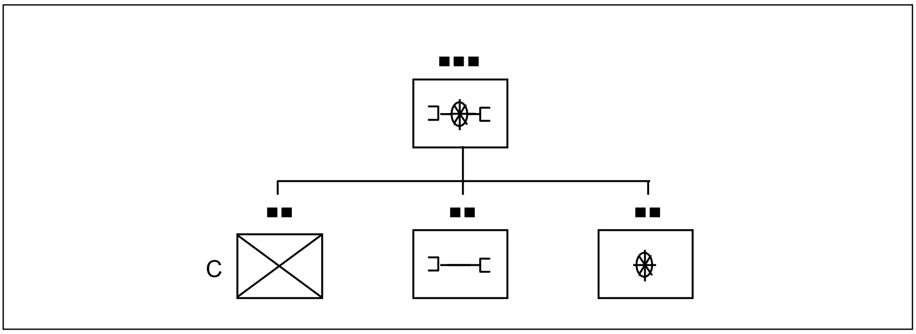


Fig 1-11. Estrutura organizacional do Pel Mnt Trnp

(a) Cmt Pel.
(b) Seção de Manutenção.
(c) Seção de Transporte.

(2) O comandante do pelotão, como adjunto do S4, participa do planejamento e da execução da manutenção (armamentos e viaturas) e do transporte motorizado, de acordo com as necessidades da unidade.

(3) As visturas existentes destinam-se, basicamente, ao comando e controle, ao apoio logístico, ao apoio de fogo e para o transporte de uma Companhia de Fuzileiros Leve completa.

1-10. COMPANHIA DE FUZILEIROS LEVE

a. A Cia Fzo L recebe missões do Cmt Btl e deverá estar capacitada para conduzir operações integrando a sua unidade ou agindo isoladamente.

b. É um elemento de manobra altamente leve e sua mobilidade está subordinada aos meios de transporte terrestre e/ou aéreos que lhe são postos à disposição.

c. Os princípios gerais de emprego da Cia Fzo L são, em sua maioria, os mesmos de uma Cia Fzo de um BI Mtz. Tais princípios encontram-se especificados no Manual de Campanha C 7-10 - COMPANHIA DE FUZILEIROS.

d. A Cia Fzo L deve estar familiarizada com a forma de atuação do BIL em cada tipo de operação, seja ela ofensiva ou defensiva. Da mesma forma, deve estar adestrada para as missões com características especiais que, em última análise, são as que diferenciam a tropa leve das demais tropas de infantaria.

e. O seu adestramento deve receber ênfase para o cumprimento das missões que se seguem:

(1) realização de infiltrações através das linhas inimigas;
(2) operações noturnas ou com visibilidade reduzida;
(3) operações à retaguarda das forças inimigas;
(4) com limitado apoio de fogo e apoio logístico;
(5) operações aeromóveis, com ênfase para o assalto aeromóvel;
(6) operações diversas em regiões com características especiais como selva, caatinga, montanha, pantanal, cerrado;
(7) no interior de localidades;
(8) montagem de emboscada;
(9) em terreno limitado.

f. Estrutura

(1) Comandante da Companhia.
(2) Seção de Comando.
(3) Pelotão de Fuzileiros (3).
(4) Pelotão de Apoio.

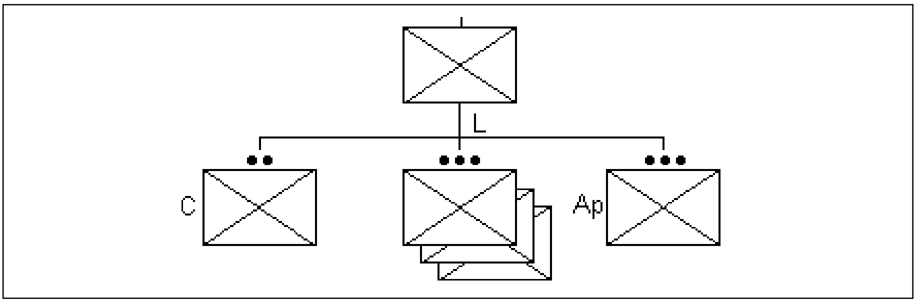
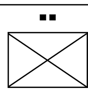


Fig 1-12. Estrutura organizacional da Cia Fzo L

g. Os próximos itens assinalam, com detalhes, a constituição dos diferentes elementos da companhia de fuzileiros leve.

(1) Seção de Comando - Auxilia o comandante da companhia nos preparativos para o combate e no controle da SU durante a ação. Seu comandante também é a responsável pela área de trens da subunidade (ATSU).

C 

Enc Mat - Subten (Cmt)		
Gp Cmdo	Gp Com	Tu Log
Sgte - 1º Sgt Aux - Cb	Ch - 3º Sgt Rad Op - Cb Rad Op - Cb Msg - Sd	Fur - 3º Sgt Mec Armt - Cb

Fig 1-13. Organização da Sec Cmdo/Cia Fzo L

(2) Pelotão de Fuzileiros Leve (Fig 1-14)

(a) É a fração básica de emprego da Infantaria Leve. Sua organização permite que realize, através do fogo e do movimento, a manobra com seus elementos constituídos.

(b) Seus três grupos de combate (frações elementares), podem atuar descentralizadamente em missões compatíveis com suas possibilidades e limitações.

(c) Deve estar preparado para atuar isoladamente, sob condições de combate extremas e com reduzido apoio logístico.

(3) Pelotão de Apoio

(a) Tem como missão prover o apoio de fogo orgânico, imediato e cerrado em proveito da Cia Fzo L.

(b) É constituído de 01 (um) grupo de comando, 01 (uma) Sec AC e 01 (uma) Sec Mrt L.

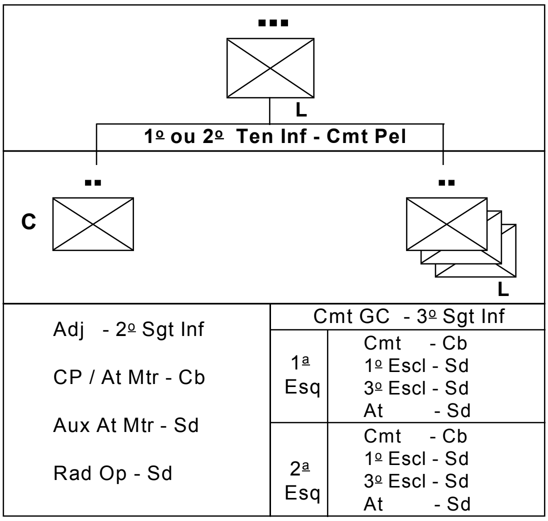


Fig 1-14. Organização do Pel Fzo L

- Grupo de Comando - Auxilia o Cmt no comando e no controle do Pel Ap. Integram o GP Cmdo o Sgt Adj, o soldado radioperador e o soldado mensageiro.

- Seção Anticarro - Provê a segurança anticarro da SU. É constituída de 03 (três) peças de armas anticarro. Normalmente, as peças são empregadas isoladamente, em reforço aos pelotões de fuzileiros.

- Seção de Morteiro Leve - Tem como missão o apoio imediato de fogos indiretos aos elementos da Cia Fzo L. Consiste de 02 (duas) peças de morteiros leves de longo alcance.

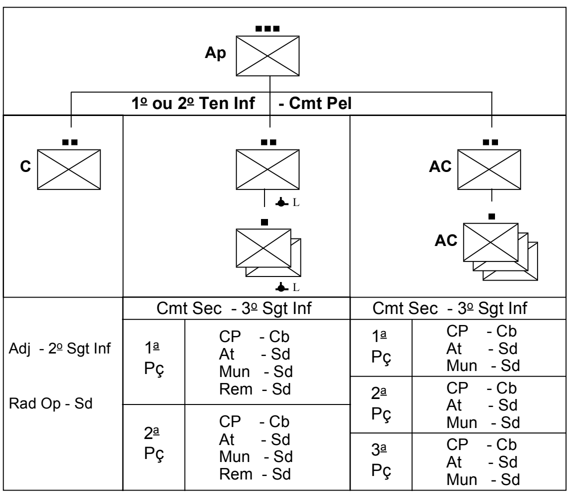


Fig 1-15. Estrutura organizacional do Pel Ap/Cia Fzo L

CAPÍTULO 2

OPERAÇÕES OFENSIVAS

ARTIGO I

GENERALIDADES

2-1. GENERALIDADES

a. A atitude ofensiva é a tônica do emprego das tropas de infantaria leve. Mesmo quando inseridas no contexto de uma operação defensiva, essas tropas serão, prioritariamente, empregadas para, através de ações de caráter ofensivo, buscar causar baixas ao inimigo e manter a iniciativa no combate. A sua mobilidade e fluidez, além da grande capacidade que possuem de combater sob condições de visibilidade reduzida são as principais armas que utilizam para cumprir as missões recebidas.

b. O emprego da infantaria leve no cumprimento de missões tradicionalmente atribuídas a tropas pertencentes às demais modalidades da Arma de Infantaria, somente poderá ocorrer sob condições muito peculiares e após receber reforço de outros elementos de infantaria e/ou cavalaria, meios de apoio ao combate e logístico. Caberá ao comandante da força avaliar profundamente os riscos inerentes a uma decisão dessa gravidade. Nesse caso, no planejamento da operação a tropa assumirá um papel bastante secundário.

c. O presente capítulo procura mostrar que as tropas de infantaria leve serão mais eficientes quando empregadas para cumprir tarefas específicas, que possam facilitar o cumprimento da missão de um escalão mais elevado empenhado na execução de uma operação ofensiva.

d. O lançamento de uma tropa de infantaria leve à frente, antecipando-se ao escalão que a enquadra, a fim de acelerar ou assegurar as melhores condições para a manobra do escalão superior, preferencialmente, somente

deverá ocorrer quando o estabelecimento da junção - dentro do prazo doutrinário de 48 horas - estiver garantido. Outro aspecto a ser observado é de que essa tropa deverá contar com o apoio da artilharia de campanha do escalão enquadrante, durante o tempo em que estiver cumprindo sua missão.

e. O emprego de aeronaves, com o qual essa tropa está plenamente familiarizada, amplia, de forma decisiva, a sua capacidade de agir com rapidez e oportunidade, tirando proveito da surpresa e da flexibilidade que lhe proporciona. Por outro lado, a utilização desse meio de transporte exigirá que as tropas amigas detenham a superioridade aérea, devido à vulnerabilidade inerente ao helicóptero, o que irá requerer um apurado estudo de situação antes do seu desencadeamento.

f. O princípio básico de emprego é a combinação com forças pesadas, aumentando-lhes a flexibilidade e favorecendo as suas operações.

g. Normalmente, o batalhão recebe a missão da brigada que define o objetivo para o qual o esforço do comandante deve ser orientado. As missões do batalhão são, em princípio, simples e específicas em termos de ações a realizar.

h. Na atribuição de objetivos à FT Amv, deverão ser previstos objetivos alternativos, para o caso da impossibilidade de lançá-la sobre o objetivo inicialmente planejado.

2-2. INFILTRAÇÃO TÁTICA

a. A infiltração tática é comumente empregada pelo BIL em quaisquer tipos de operações e/ou formas de manobra. Devido às suas características e formas de atuação, esta unidade necessitará estar plenamente familiarizada com suas técnicas, as quais deverão ser exaustivamente treinadas sob condições de visibilidade reduzida.

b. A infiltração proporciona a um comandante deslocar sua força através de posições inimigas, visando ao cumprimento de missões recebidas, tais como:

(1) destruir forças ou posições inimigas;
(2) estabelecer pontos fortes;
(3) destruir instalações vitais do inimigo ou que estejam sob o seu controle;
(4) montar emboscadas contra forças inimigas;
(5) atuar na área de retaguarda do inimigo;
(6) preservar acidente capital do terreno;
(7) desorganizar e confundir o sistema de defesa do inimigo.

c. Os objetivos selecionados podem ser acidentes capitais do terreno, na retaguarda inimiga, que restrinjam o movimento de reservas ou isolem suas posições defensivas. Podem também ser reservas, meios de apoio de fogo, ou instalações de comando e controle, ou logísticas. O comandante do batalhão pode

também empregar pequenos grupos de infiltração em missões de informações, ou de busca de alvos, ou de reconhecimento e balizamento da ZPH, tudo em apoio ao ataque do batalhão.

d. As posições de ataque e os pontos ou áreas de reagrupamento são selecionados para auxiliar o controle do ataque. Tais áreas devem ser reconhecidas, por terra ou pelo ar, antes do ataque, para se ter a certeza de que estão livres de atividade inimiga. Devem ser designadas faixas de infiltração para permitir que os grupos de infiltração se desloquem furtivamente para as posições de ataque. Ao selecionar as faixas de infiltração, o comandante do batalhão escolhe áreas nas quais é conhecida a existência de interrupções nas defesas inimigas. Em geral, tais áreas estão localizadas nos terrenos mais desfavoráveis, como pântanos e áreas densamente cobertas de florestas. Quando é empregada a infiltração por via aérea, as rotas de vôo são escolhidas, de modo semelhante, onde há menores probabilidades de serem localizadas forças inimigas.

e. A hora de infiltração é escolhida de forma a tirar partido das condições de visibilidade reduzida. É desejável que a escuridão, a chuva, a neblina ou condições semelhantes sejam utilizadas para facilitar o movimento através das linhas inimigas. A hora do ataque para a conquista do objetivo da infiltração é escolhida de modo a melhor apoiar o plano de ataque do batalhão.

f. O apoio de fogo é planejado para apoiar a passagem através das posições inimigas e o ataque ao objetivo da infiltração. Tendo em vista que as unidades normalmente só dispõem das armas que podem ser transportadas a braço, é necessário um apoio de fogo adicional. Esses aspectos impõem o emprego do BIL a uma distância da LC correspondente a 2/3 do alcance da artilharia de campanha empregada em apoio à esta unidade. Se houver necessidade do emprego do batalhão a uma maior distância, deverá ser planejada uma operação de assalto aeromóvel para pré-posicionar os meios de artilharia, sendo que esta posição também deverá estar sendo apoiada por outra artilharia de campanha.

g. A coordenação da infiltração planejada deve ser realizada com todos os elementos apropriados, incluindo as unidades superiores, vizinhas e subordinadas; os órgãos de apoio de fogo; os elementos da Aviação do Exército, Força Aérea e a força de junção. A necessidade de unidade de comando normalmente impõe que, na ocasião da junção, o controle da unidade que realizou a infiltração passe à unidade que realiza a junção.

h. As unidades de infiltração, em pequenos grupos, passam através ou por cima das posições defensivas inimigas, de maneira furtiva e dispersa para evitar que sejam detectadas. Se for possível, devem ser utilizadas múltiplas faixas para a passagem das posições inimigas. Se as unidades são detectadas, elas devem evitar o engajamento, retraindo ou desbordando as resistências inimigas. Se são descobertas forças inimigas em uma faixa de infiltração, a unidade de infiltração informa sua localização ao comando apropriado e a faixa é interditada a posteriores movimentos, até que seja liberada. Os grupos que perdem a direção ou são incapazes de atingir suas posições de ataque prosseguem para os pontos

ou áreas de reagrupamento e executam as ações apropriadas, conforme previsto nos planos alternativos. Tais grupos podem receber missões eventuais, como por exemplo a busca de alvos, ou podem retornar às linhas amigas, empreendendo um retraimento a pé ou por via aérea.

i. Após a sua reunião nas posições de ataque, as unidades completam os preparativos para o ataque. Na hora especificada a força de infiltração ataca para cumprir sua missão. Em seguida, é realizada a junção ou o retraimento. Se a junção está planejada são empregados sinais de reconhecimento, tanto visuais quanto acústicos, para evitar a troca de fogos entre os elementos amigos.

j. Na eventualidade de um retardamento na junção, pode ser necessário suprir a força de infiltração, evacuá-la ou ordenar o seu retraimento. Devem ser preparados planos alternativos para tais ações.

l. O pelotão de reconhecimento se infiltra antes da tropa e, à medida que se faz necessário, deixa elementos dos seus grupos ao longo da(s) faixa(s) de infiltração (guias, balizadores, segurança, etc). Após a tropa completar a infiltração, todos os elementos do pelotão de reconhecimento são reunidos em local previamente definido e permanecem em condições de cumprir novas missões.

m. A posição de assalto é o mais próxima possível do objetivo, desde que não comprometa a segurança. Da mesma forma que qualquer ponto e/ou área de reorganização, ela deve ter sido anteriormente reconhecida e provida de segurança para que a força infiltrante possa fazer ajustes finais antes do ataque.

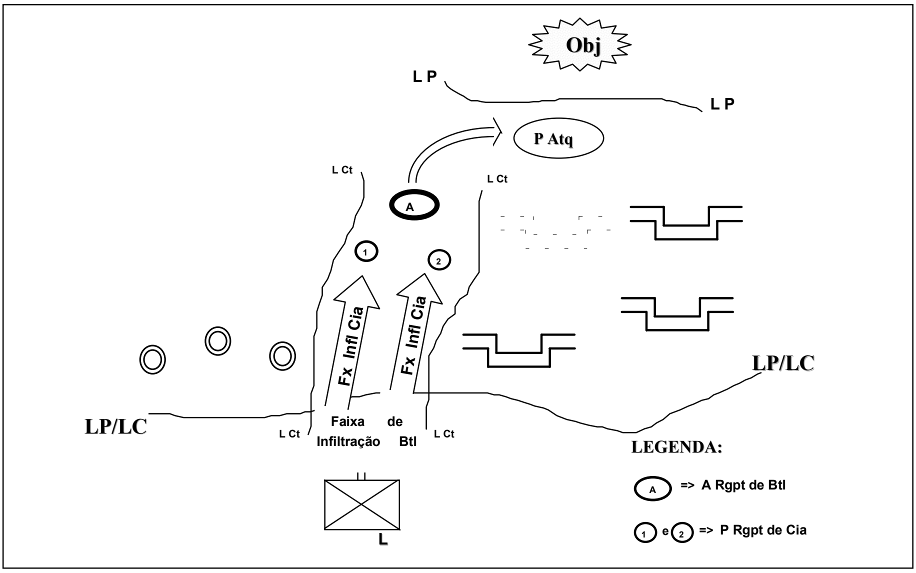


Fig 2-1. Infiltração de um BIL (em uma única faixa de infiltração), através de posições defensivas do inimigo, a fim de atuar em sua retaguarda

n. Durante a infiltração os comandantes de frações devem assegurar-se que o equipamento de seus comandados esteja restrito ao mínimo indispensável. Isso é devido ao fato de que, para cada tipo de missão e de acordo com o estudo de situação realizado, existe uma dosagem diferente de material, equipamento e suprimento a serem conduzidos.

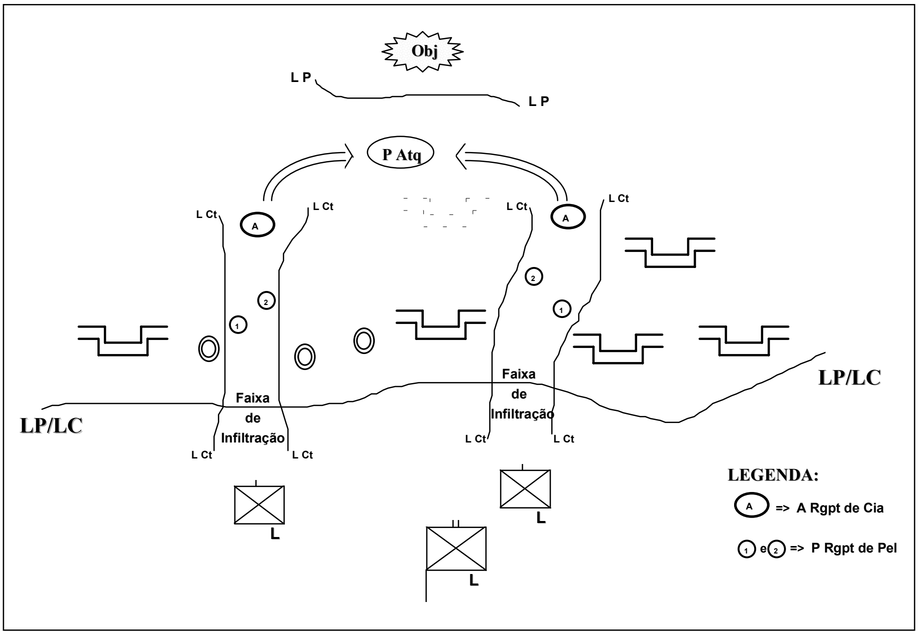


Fig 2-2. Infiltração de um BIL (utilizando diversas faixas de infiltração), através de posições defensivas do inimigo, a fim de atuar em sua retaguarda

2-3. TIPOS DE OPERAÇÕES

O BIL está apto a ser empregado em quaisquer dos tipos de operações ofensivas. No presente capítulo, serão apontadas formas de emprego de uma unidade leve de infantaria em cada uma delas.

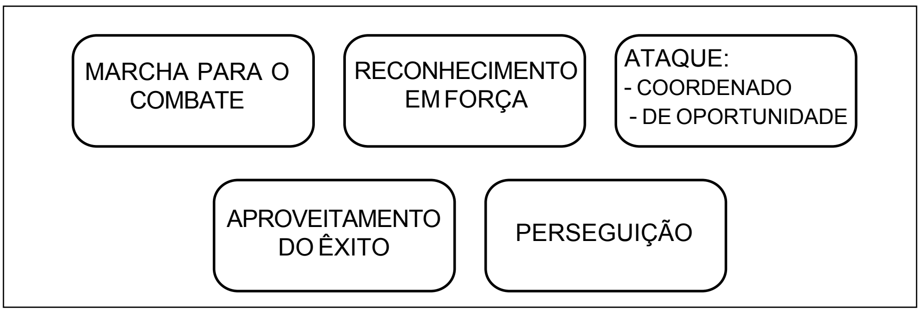


Fig 2-3.Tipos de operações ofensivas

ARTIGO II

MARCHA PARA O COMBATE

2-4. MISSÕES DO BIL NA MARCHA PARA O COMBATE

Devido às suas características, as tropas de infantaria leve (unidade/ subunidade) poderão receber uma das seguintes missões, quando da execução de uma marcha para o combate:

a. lançar-se à frente - utilizando helicóptero - para conquistar acidentes capitais ou pontos importantes no terreno (uma ponte, por exemplo) que garantam o desenvolvimento eficaz da marcha realizada pelos elementos pesados.Tais acidentes devem ser mantidos até que seja realizada a junção com a vanguarda da força amiga;

b. lançar-se à frente da vanguarda, utilizando helicóptero, para desorganizar o deslocamento inimigo, na direção das forças amigas, através de ações de bloqueio, inquietação, retardamento ou construção de obstáculos ao longo dos eixos;

c. marchar, fazendo parte do grosso da força enquadrante;

d. realizar a flancoguarda;

e. dar combate às forças inimigas de 1º escalão, visando a desorganizar seus planos de defesa e a eliminar posições de retardamento instaladas sobre os eixos, aumentando, desta forma, a velocidade das forças amigas.

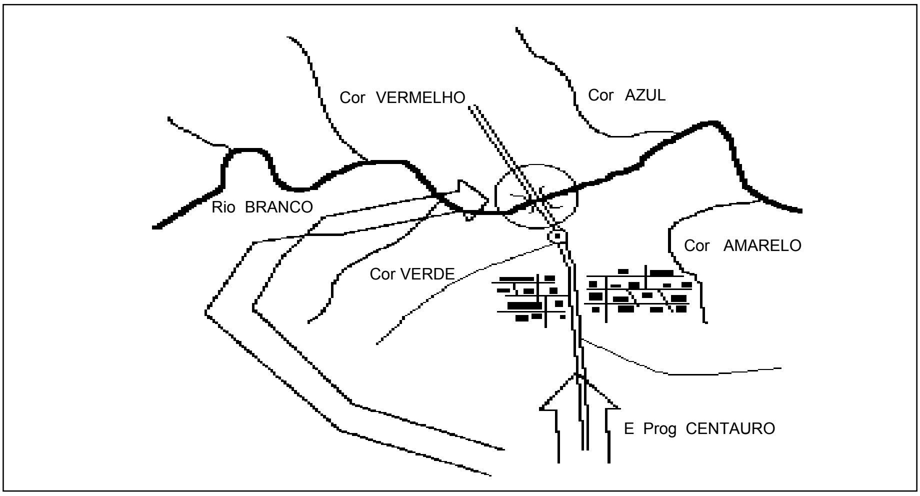


Fig 2-4. Um batalhão de infantaria leve (BIL) realizando uma operação aeromóvel (Op Amv), sob controle operacional de uma divisão de exército (DE), que executa uma marcha para o combate (M Cmb)

ARTIGO III

RECONHECIMENTO EM FORÇA

2-5. O BIL NO RECONHECIMENTO EM FORÇA

a. Os elementos de infantaria leve deverão tirar proveito de suas características de emprego para, através de uma operação de reconhecimento em força, buscar levantar vulnerabilidades do inimigo.

b. No cumprimento da missão, essas tropas deverão contar com apoio suplementar, visando a aumentar o seu poder de fogo, o que poderá auxiliá-las no rompimento do contato, se for o caso.

c. O reconhecimento em força, normalmente, obtém informes mais rapidamente e com maiores detalhes do que outros métodos de reconhecimento. Ao determinar a execução de um reconhecimento em força, o comandante deve considerar:

(1) o seu conhecimento sobre a situação do inimigo e a urgência e importância de informes adicionais;

(2) a eficiência e a rapidez de outros órgãos de busca;

(3) até que ponto seu plano de manobra possa vir a ser revelado pela realização da operação;

(4) a possibilidade de, com a operação, arriscar-se a um engajamento geral sob condições desfavoráveis;

(5) as conseqüências que a perda da força de reconhecimento poderá ter nas operações subseqüentes.

d. O reconhecimento em força pode ser conduzido como:

(1) um ataque noturno com objetivo limitado - neste caso, a ação pode ser dirigida exclusivamente sobre uma determinada área, a respeito da qual o comando deseja rápidas e precisas informações, ou pode se traduzir em uma série de ataques que não passem de sondagens agressivas, desencadeadas ao longo de toda a frente ou de grande parte da mesma;

(2) uma incursão - ao contrário da forma anterior, é uma ação desencadeada contra uma posição inimiga, sem a idéia de conquistar o terreno; consiste em introduzir no dispositivo inimigo uma força capaz de realizar uma ação rápida e violenta, cujo vulto seja suficiente para forçar o inimigo a revelar suas posições, o tempo de reação de suas reservas, seus planos de fogos, etc. Após esta ação, segue-se um rápido retraimento para as linhas amigas.

e. O reconhecimento em força é realizado de modo semelhante a um ataque, mas a tropa que o realiza deve evitar engajar-se decisivamente em combate. O comandante que determinar um reconhecimento em força deve estar preparado para explorar o sucesso obtido pela força de reconhecimento e para auxiliar a liberação da mesma quando esta se tornar decisivamente engajada em combate. O emprego de fogos planejados auxilia a força de reconhecimento no rompimento do contato. Depois de completar o reconhecimento, a força pode permanecer em contato com o inimigo ou retrair.

ARTIGO IV

ATAQUE

2-6. O BIL NO ATAQUE COORDENADO

a. As unidades de infantaria leve podem realizar, com considerável restrição, uma operação de ataque coordenado (Atq Coor) da mesma forma que as suas similares de infantaria motorizada. O seu limitado apoio de fogo influirá negativamente no cumprimento desse tipo de missão. **Caberá ao escalão superior estudar muito bem a situação, a fim de calcular os riscos inerentes à essa decisão**.

b. Além da forma tradicional de emprego, quando da execução de um Atq Coor, os batalhões de infantaria leve estarão aptos a:

(1) realizar um ataque isolado a uma posição específica, localizada no interior das linhas inimigas ou mesmo em sua retaguarda. Para tanto, deve lançar mão da infiltração (aérea ou terrestre) e visar a alvos altamente vulneráveis e com reduzida proteção por forças oponentes;

(2) realizar ataques de desorganização - combates limitados - objetivando forças inimigas de contra-ataque;

(3) infiltrar posições defensivas inimigas durante a noite, antes do início do ataque, para apossar-se de acidentes capitais, abrir brechas através de obstáculos preparados e assegurar vias de acesso em terreno difícil para deslocamento das forças pesadas que serão empregadas;

(4) fixar formações inimigas de maior poder de combate, através da manobra e dos fogos diretos e indiretos, para que elementos pesados amigos possam emassar seus fogos;

(5) realizar ataques de desbordamento com o objetivo de destruir instalações existentes na retaguarda do inimigo e forçá-lo a deslocar tropas empenhadas em sua frente defensiva, para fazer face a essa ameaça.

2-7. O BIL NO ATAQUE DE OPORTUNIDADE

a. Este tipo de operação poderá ser executado pelo BIL quando:

(1) existirem condições de serem ampliados seus apoio logístico e apoio de fogo, bem como o apoio aéreo;

(2) não houver a possibilidade de acarretar prejuízos à operação do escalão superior, principalmente, quanto aos aspectos do sigilo e da surpresa.

b. A sua realização será possível sucedendo-se a determinadas missões, como por exemplo:

(1) após a neutralização dos meios de comando/controle, apoio logístico e/ou apoio de fogo do inimigo;

(2) um reconhecimento;

(3) uma incursão.

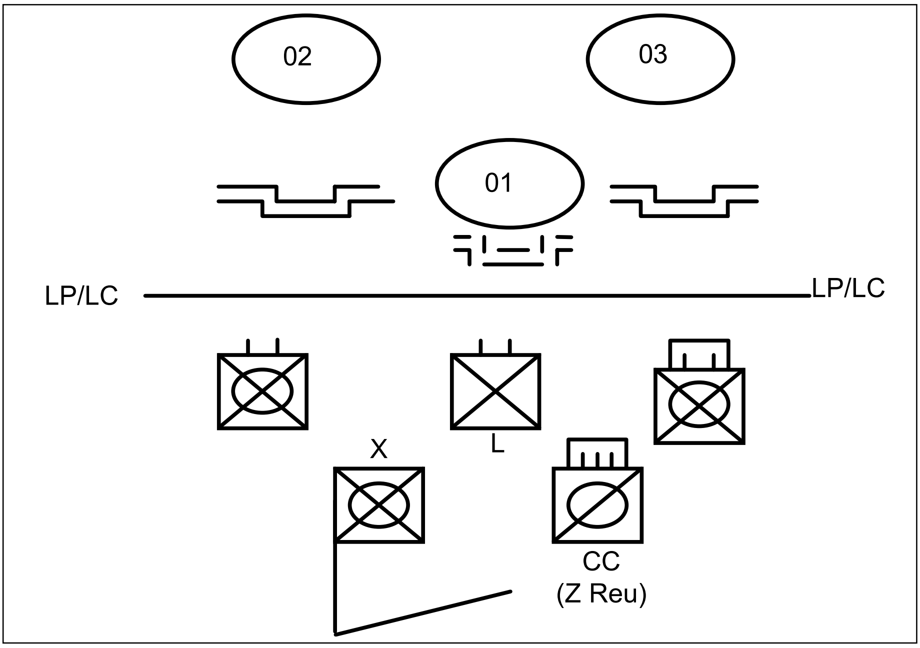


Fig 2-7. Um batalhão de infantaria leve (BIL) realizando um ataque preliminar - geralmente sob condições de visibilidade reduzida - em proveito de uma brigada de infantaria blindada, encarregada de executar um ataque coordenado. Neste caso, o BIL está sendo empregado na conquista de (01)

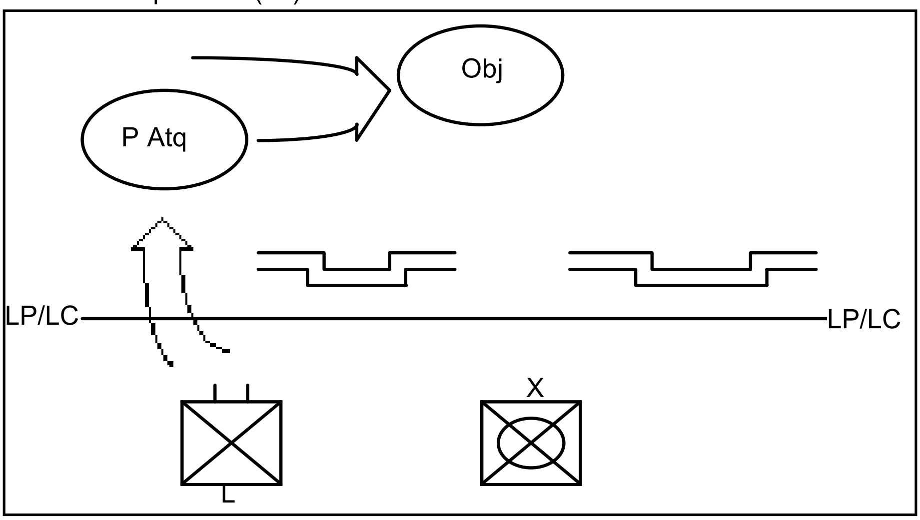


Fig 2-8. Infiltração de um BIL, precedendo um ataque coordenado de uma Bda Inf Bld

ARTIGO V

APROVEITAMENTO DO ÊXITO E PERSEGUIÇÃO

2-8. O BIL NO APROVEITAMENTO DO ÊXITO E NA PERSEGUIÇÃO

a. Uma tropa de infantaria leve, quando bem empregada, terá condições de agir de forma bastante eficiente em proveito de uma força que estiver executando uma operação de aproveitamento do êxito e/ou perseguição.

b. Sua atuação tornar-se-á mais eficiente quando empregada no cumprimento de tarefas tais como as listadas a seguir:

(1) ser lançada à frente da força inimiga que retrai - utilizando o helicóptero - para buscar interromper ou diminuir a sua velocidade de deslocamento. Para tanto, ocupará posições no terreno das quais possa bater o inimigo pelo fogo direto ou indireto; destruirá obras de arte (pontes, por exemplo) existentes nos eixos de retraimento ou retirada do inimigo e/ou instalará obstáculos (campos de minas, dentre outros) ao longo dos mesmos;

(2) fustigar as forças inimigas que se retiram, atuando em seus flancos, através de ações rápidas e agressivas.

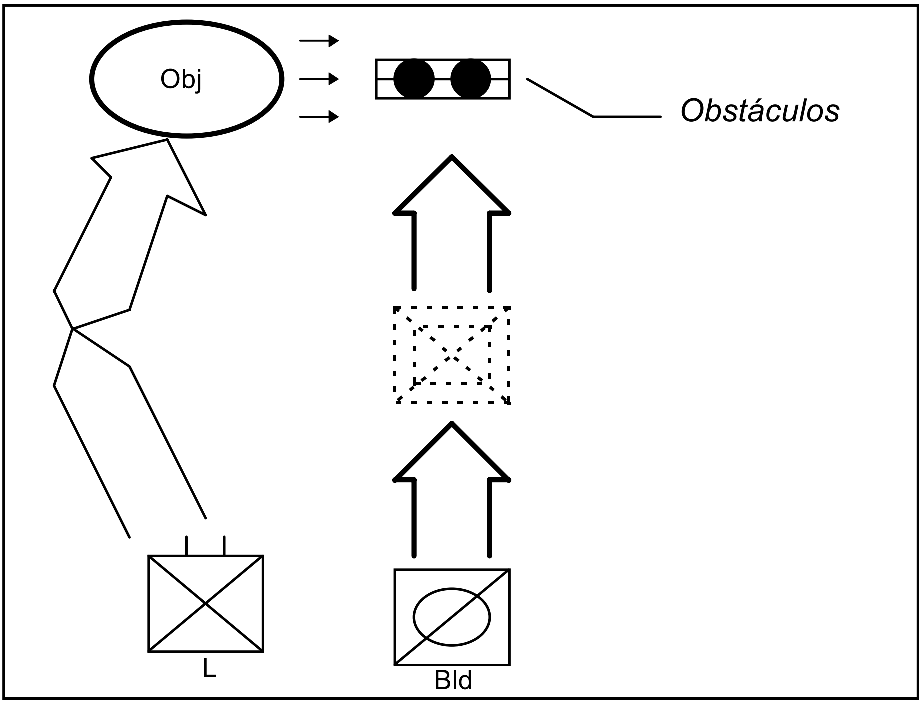


Fig 2-9. Uma força de infantaria leve (FT Amv) - escalão batalhão - empregada por uma Bda C Bld em aproveitamento do êxito

ARTIGO VI

O BIL COMO RESERVA

2-9. O BIL COMO RESERVA NA OFENSIVA

a. Em princípio, o batalhão de infantaria leve não deve ser deixado em reserva. Deve, sim, ser mantido em condições de ser empregado, Mdt O, no cumprimento de missões específicas no decorrer de uma operação ofensiva, normalmente constituindo força tarefa aeromóvel com elemento da Aviação do Exército.

b. Nessas oportunidades, cumpre missões em proveito da força que o enquadra, visando a facilitar as suas ações. Dentre as missões que poderá cumprir destacam-se as seguintes:

(1) repelir contra-ataques;

(2) proteger flancos vulneráveis do escalão de ataque;

(3) executar contra-ataques para liberar elementos de manobra detidos pelo inimigo;

(4) proteger a retaguarda do escalão de ataque;

(5) conquistar posições no terreno que possam acelerar o cumprimento da missão;

(6) conquistar posições no terreno que possam barrar o deslocamento de reservas inimigas.

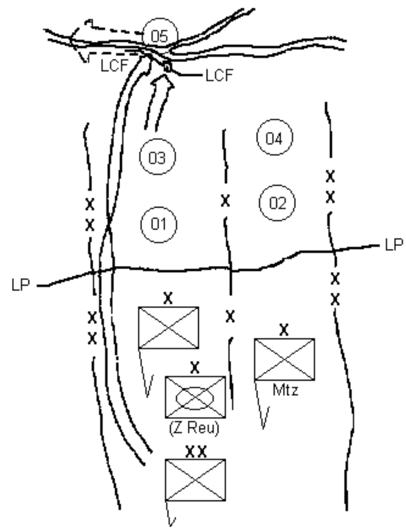


Fig 2-10. Uma força de infantaria leve (FT Amv) - escalão batalhão - empregada por uma DE, visando à conquista de posição no terreno que acelere o cumprimento da sua missão. A FT Amv somente deverá ser lançada quando o estabelecimento da junção estiver assegurada

CAPÍTULO 3

OPERAÇÕES DEFENSIVAS

ARTIGO I

GENERALIDADES

3-1. GENERALIDADES

a. A infantaria leve em operações defensivas tem como missões ganhar tempo, negar ao inimigo o acesso a uma determinada área, permitir a concentração de forças em outras áreas, manter objetivos táticos de interesse para as forças amigas, defender-se e repelir um ataque inimigo.

b. A tropa que adota uma atitude defensiva (normalmente temporária, uma vez que se deve buscar, o mais breve possível, a retomada da ofensiva) tem numa unidade de infantaria leve um trunfo valioso para a condução de suas operações. As tropas leves poderão atuar nas operações defensivas, vivendo grande variedade de situações táticas, visando à sua própria proteção, integrando um grande comando de forças pesadas ou, ainda, agindo em proveito do mesmo.

c. As formas de emprego da infantaria leve são muito variadas e se aplicam a todas as fases do combate. O presente capítulo busca proporcionar uma visualização da participação desse tipo de tropa em cada tipo de operação defensiva. Objetiva, ainda, destacar modos de atuação, peculiares às forças leves, que poderão contribuir, de forma decisiva, para a definição do combate em favor das forças amigas.

d. Como integrantes de forças maiores, as unidades de infantaria leve poderão receber a missão de defender, causar baixas, retardar ou vigiar em setores do terreno que possam ser utilizados pelo inimigo para o desencadeamento de um ataque ou infiltração. Poderão, ainda, ser emprega-

das para mobiliar pontos de bloqueio (estabelecendo pontos fortes) localizados em terrenos restritos, buscando impedir ou dificultar o movimento do inimigo através de passagens em regiões montanhosas, rodovias, estradas ou áreas possuidoras de densa cobertura vegetal. Tais pontos de bloqueio devem ser apoiados, se possível, em obstáculos naturais e/ou artificiais, aumentando, desta forma, a sua eficiência.

e. Neste capítulo, além das operações defensivas tradicionais, abordar-se-á a técnica de defesa circular que, devido às características de emprego da infantaria leve, será muito utilizada por parte de suas tropas. Cabe aqui ressaltar que a defesa circular será empregada e aplicar-se-á, da mesma forma, tanto no contexto de uma operação defensiva quanto no de uma operação ofensiva, como um todo.

f. Os elementos de infantaria leve representam um dos principais recursos de que dispõe um comandante para o atendimento do seguinte Fundamento das Operações Defensivas (C 100-5 - OPERAÇÕES): **Máximo Emprego da Ação Ofensiva.**

g. Está claro que seus elementos também propiciarão a observância de outros fundamentos da defesa, mas procura-se destacar o acima citado por ser, a atitude ofensiva, uma das principais características da infantaria leve. Serão, portanto, fundamentais na busca da manutenção da iniciativa, a qual, certamente, em muito contribuirá para o cumprimento da missão.

3-2. TIPOS DE OPERAÇÕES DEFENSIVAS

Para emprego do BIL em qualquer tipo de operação defensiva, da mesma forma que um BI Mtz, deverão ser consideradas suas restrições no que se refere ao apoio de fogo e apoio logístico orgânicos.

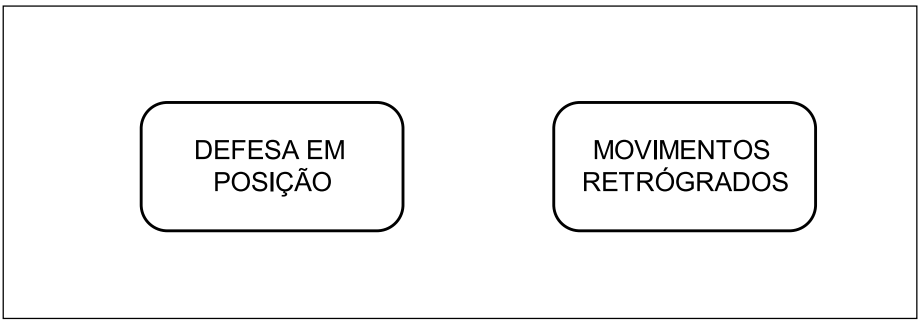


Fig 3-1. Tipos de operações defensivas

ARTIGO II

DEFESA EM POSIÇÃO

3-3. DEFESA DE ÁREA E DEFESA MÓVEL

a. O BIL, como parte integrante de uma brigada ou escalões superiores deve ser posicionado, no terreno, em regiões que bloqueiam vias de acesso de difícil progressão e desde que compatíveis com a capacidade de defesa do batalhão. Para a infantaria leve, é preponderante que o terreno seja um apoio, negando ao inimigo a vantagem da mobilidade e do poder de fogo.

b. Quando da execução de uma defesa móvel, poderá ser acionado pelo comandante da força enquadrante. Nessa operação, poderá, normalmente constituindo força-tarefa aeromóvel (FT Amv), ser empregado como força de segurança (ou parte destas), integrar as forças de primeiro escalão em zona de ação secundária, ou mesmo a força de contra-ataque, quando deverá ser reforçado com CC. Além disso, poderão constituir ou integrar uma força de combate móvel. Tais empregos se tornam possíveis devido às suas características de fluidez e mobilidade.

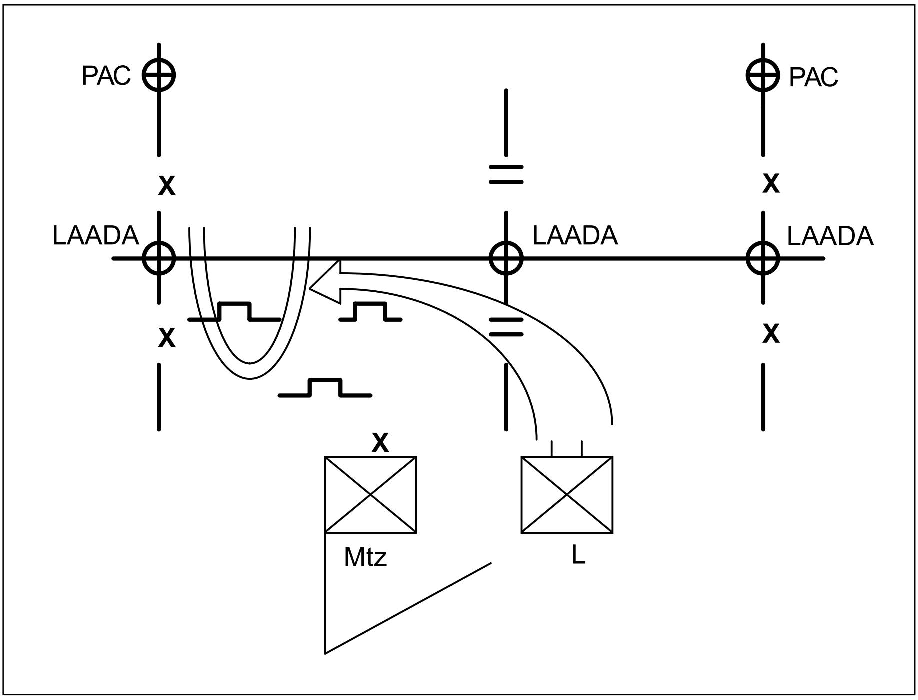


Fig 3-2. Um BIL realizando uma ação no flanco de uma tropa inimiga que logrou uma penetração na posição defensiva de uma Bda Inf Mtz

c. É plenamente viável a participação de elementos de infantaria leve em operações de defesa em posição e de defesa móvel. Caberá ao comandante do escalão que os enquadra decidir sobre a melhor forma de empregá-los, considerando sempre as suas características, peculiaridades e, principalmente, suas limitações.

d. Na área de segurança, os integrantes do pelotão de reconhecimento poderão ser empregados para o estabelecimento de postos de vigilância avançados, bem como para reforçar, ou mesmo constituir-se no escalão de segurança para as ações nos postos avançados de combate. Os equipamentos de visão noturna propiciarão melhores condições de vigilância em períodos de visibilidade restrita.

ARTIGO III

MOVIMENTOS RETRÓGRADOS

3-4. MOVIMENTOS RETRÓGRADOS

a. Para conduzir uma operação desse tipo, os elementos de infantaria leve, tal como qualquer outra tropa, necessitam possuir uma mobilidade superior ou, pelo menos, equivalente à do inimigo. Tais operações devem visar a desorganizar, causar baixas e reduzir a mobilidade das forças oponentes. Quando bem planejada e executada, poderá infligir pesadas baixas em pessoal e material na tropa inimiga.

b. Embora a expectativa seja a de que as unidades leves irão combater forças inimigas igualmente leves, elas devem estar preparadas para fazer frente a forças inimigas mecanizadas ou mesmo blindadas.

c. Quando em operações dessa natureza, o BIL deverá buscar tirar proveito da atitude ofensiva, empregando ações agressivas e procurando estabelecer os locais e os momentos mais vantajosos para combater.

d. O aspecto mobilidade torna-se crítico para a infantaria leve que se encontra participando de um movimento retrógrado. Movimentar-se por terrenos restritos passa a ser, então, essencial. Se disponível, o transporte terrestre e/ou aéreo deve ser utilizado, principalmente este último.

e. A mobilidade do inimigo, por sua vez, pode ser reduzida através de:

(1) ocupação e controle do terreno ou acidentes capitais que domi-nem os eixos penetrantes utilizados pelo inimigo;

(2) destruição de estradas, pontes e vaus e do agravamento das mar-gens dos cursos de água obstáculos;

(3) construção de obstáculos artificiais e do agravamento de obstáculos naturais através dos fogos diretos e/ou indiretos;

(4) manutenção da pressão sobre a vanguarda das forças inimigas;

(5) ações que visem simular a presença de tropas com um poder de

combate superior ao que na realidade possui;

(6) desencadeamento de ataques de surpresa nos flancos e na retaguarda vulneráveis da força inimiga, caracterizados pela agressividade, poder de choque e rapidez.

f. A fim de minimizar as perdas durante um movimento retrógrado, os comandantes deverão:

(1) evitar, sempre que possível, o engajamento decisivo com o inimigo;

(2) utilizar adequadamente os meios de transporte orgânicos e aqueles colocados em reforço para aumentar a mobilidade de suas forças;

(3) realizar planejamentos detalhados, empregando a simplicidade, visando a facilitar a sua execução por parte da tropa;

(4) empregar de forma eficiente o máximo poder de fogo de seus meios orgânicos e aqueles colocados em reforço e em apoio.

g. Quando empregados num retraimento, os elementos leves proporcionam, ao escalão superior correspondente, uma economia de forças e possuem a vantagem de poder atuar em terrenos restritos com mais facilidade que uma tropa pesada.

h. A retirada trata-se de uma operação na qual uma força, que não se encontra em contato, afasta-se do inimigo, a fim de evitar um combate em condições desfavoráveis. As tropas de infantaria leve, normalmente, conduzem uma retirada como parte de uma força maior que as enquadra.

i. A situação vivida durante uma retirada pode causar impacto negativo no moral da tropa. Assim, a liderança deve ser positiva e a disciplina preservada. Manter a tropa informada da situação evitará a disseminação de rumores e a esclarecerá a respeito dos propósitos da retirada que se está executando e sobre as ações futuras da tropa com vistas a destruir o inimigo.

j. Deve-se realizar esse tipo de operação sob condições de visibilidade bem reduzida. Os elementos de infantaria leve deverão utilizar múltiplos itinerários para obter a necessária dispersão e conduzir a operação com rapidez e segurança.

l. Uma ação retardadora tem como objetivo retardar o inimigo ou levá-lo a combater em condições desfavoráveis. Durante essa operação, a unidade de infantaria leve deverá dar ênfase aos seguintes aspectos:

(1) evitar o engajamento decisivo com o inimigo;

(2) evitar ser envolvida por tropas inimigas;

(3) forçar o inimigo a realizar diversos e sucessivos ataques;

(4) manter a sua liberdade de manobra e a iniciativa;

(5) preservar-se contra baixas em pessoal e material.

m. As tropas de infantaria leve têm condições de realizar um retardamento. No entanto, sofrem restrições devido às limitações de seus meios orgânicos de apoio de fogo, o que poderá diminuir a sua capacidade de romper o contato com o inimigo, caso o mesmo tenha sido inevitável. Para minimizar tal desvantagem essas tropas deverão ser reforçadas.

n. Essas tropas poderão retardar o inimigo engajando-o de frente, pelos flancos e pela retaguarda, através da realização de emboscadas e ataques de surpresa. Fogos de morteiro, de artilharia e dos meios aéreos, principalmente dos helicópteros de reconhecimento e ataque, são empregados para desorganizar o dispositivo do inimigo, enquanto a tropa retrai e se desloca para ocupar a próxima posição de retardamento.

o. Uma brigada de cavalaria mecanizada (Bda C Mec), por exemplo, durante a condução de uma ação retardadora, poderá empregar um BIL, que lhe tenha sido passado ao controle operacional, para atuar nos flancos e na retaguarda do inimigo, a fim de desorganizá-lo e reduzir a sua capacidade combativa (Fig 3-3).

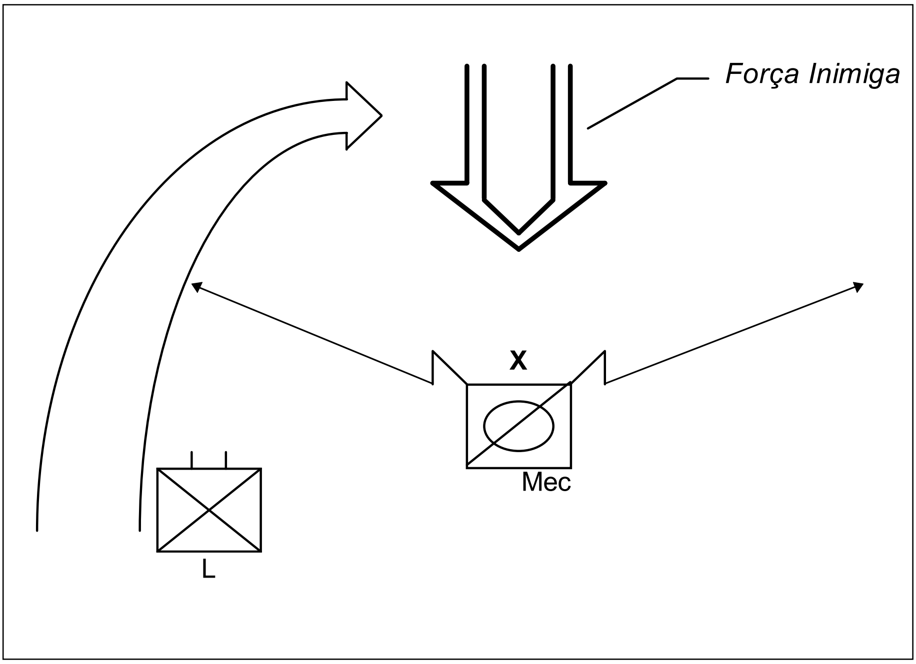


Fig 3-3. Uma força de infantaria leve (FT Amv) - escalão batalhão - atuando em proveito de uma Bda C Mec, que realiza uma ação retardadora

ARTIGO IV

A DEFESA CIRCULAR

3-5. GENERALIDADES

Todos os escalões da infantaria leve deverão estar plenamente familiarizados com a defesa circular, devido às possibilidades de receberem a missão de estabelecer pontos fortes em áreas isoladas e/ou sob o controle do inimigo.

3-6. O BIL NA DEFESA CIRCULAR

a. A defesa de um ponto de bloqueio é singular porque trata-se de uma missão, de uma técnica e, ainda, de uma medida de coordenação e controle. A preparação das unidades leves para o cumprimento de uma missão desse tipo requer tempo e um sólido adestramento. Devido à natureza da operação, esses pontos devem ser localizados em terreno restrito como localidades, áreas montanhosas e florestas que dificultem o movimento do inimigo.

b. A defesa circular pode ser empregada nas seguintes situações:
(1) missões independentes;
(2) constituição de pontos fortes na defesa móvel ou em larga frente;
(3) isolamento da unidade (cerco ou envolvimento) por ação do inimigo;
(4) sob restrições de terreno, tais como regiões montanhosas e de selva, que impedem a organização de um dispositivo de defesa normal.

c. Normalmente, os elementos de comando/controle, de apoio de fogo e apoio logístico são localizados no interior do perímetro.

d. A defesa circular se caracteriza particularmente por:
(1) máxima potência de fogo à frente do LAADA;
(2) máximo apoio mútuo;
(3) pequeno espaço de manobra.

e. O ponto de bloqueio deve ser mantido até que a força que o mobilia seja substituída ou resgatada. Para tal, essa força deve ter capacidade de se manter durante o tempo necessário ao cumprimento da missão recebida, utilizando seus próprios meios. Tratando-se de uma tropa de infantaria leve, considera-se como tempo máximo para manter uma determinada posição, utilizando-se de seus próprios recursos, o período de 48 horas.

f. Sempre que possível, a tropa leve empregada nesse tipo de tarefa deve receber, em reforço, elementos de apoio de fogo (principalmente anticarro) e de engenharia, visando evitar o comprometimento da missão.

g. Vários aspectos da defesa são considerados críticos e, portanto, devem merecer atenção especial quando do seu planejamento, a saber:
(1) itinerários cobertos, se possível abrigados, de remuniciamento, ressuprimento e comunicações devem ser previstos e testados;
(2) planos de contra-ataques devem ser detalhados e ensaiados intensamente;
(3) suprimentos tais como água, munição, peças de reposição diversas e material de primeiros socorros devem ser estocados próximos aos núcleos de defesa dos elementos de manobra;
(4) a perfeita integração entre os obstáculos e o fogo de todas as armas deve ser buscada como forma de limitar a penetração do inimigo e favorecer a execução de contra-ataques;
(5) obstáculos e campos de minas devem ser construídos para desorganizar as formações inimigas, aumentar a eficiência dos fogos e proteger

o ponto forte de assaltos à sua posição. Tais obstáculos devem ser posicionados o mais afastado possível das posições da tropa amiga, estando, no entanto, dentro do alcance de suas vistas e fogos;

(6) as comunicações entre os elementos empregados no ponto forte e entre estes e seu escalão superior devem ser estabelecidas eficientemente e testadas freqüentemente. Tais meios incluem o rádio, o fio, mensageiros e artifícios pirotécnicos;

(7) os trabalhos de organização do terreno (OT) devem ser permanente-mente executados, até que a tropa seja substituída ou resgatada, sendo fundamental o reforço de pessoal e de material de engenharia. Posições suple-mentares e de muda, túneis, trincheiras devem ser construídos, visando a aumentar a capacidade de defesa das posições;

(8) esse ponto forte deve, por si só, constituir um obstáculo à progressão do inimigo.

h. Dependendo do apoio prestado pelo escalão superior, o BIL poderá ser empregado em situações que extrapolam sua capacidade orgânica de durar na ação. Neste caso, o BIL como um todo, ou através de suas subunidades descentralizadas, poderá manter uma determinada posição (ou posições) isolada(s) no terreno por um maior tempo.

i. Esta situação será ditada pelos fatores da decisão: MISSÃO, TERRENO, INIMIGO, MEIOS (um elemento importante onde ressalta-se, mais uma vez, os meios a serem alocados pelo escalão superior) e TEMPO.

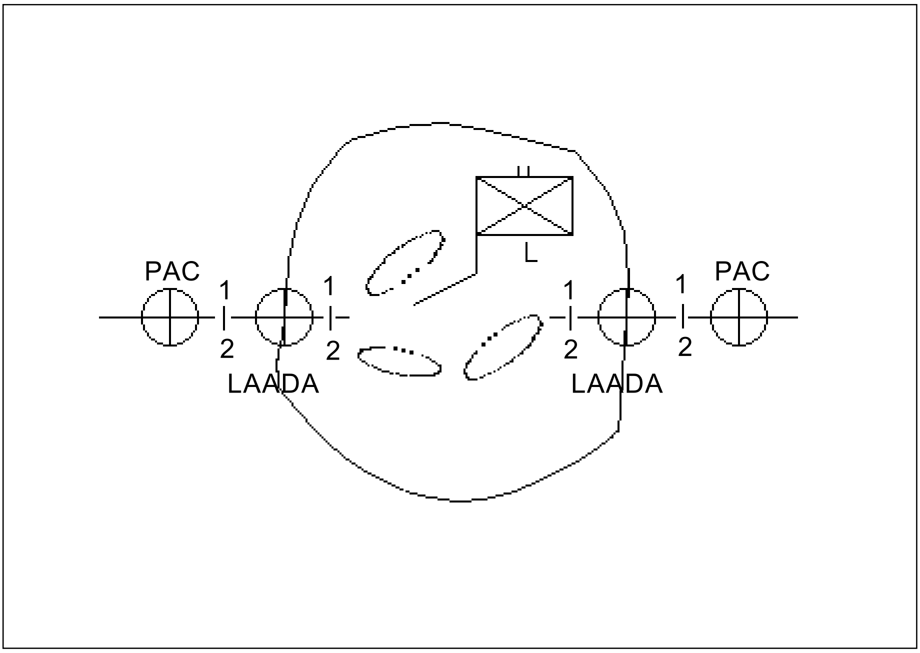


Fig 3-4.O BIL na defesa circular com 02 (duas) Cia no perímetro

ARTIGO V

O BIL COMO RESERVA

3-7. MISSÕES

a. Tal como nas operações ofensivas, em princípio, o batalhão de infantaria leve não deve ser deixado em reserva. Deve, sim, ser mantido em condições de ser empregado, Mdt O, no cumprimento de missões específicas, no decorrer de uma operação defensiva, normalmente, constituindo força-tarefa aeromóvel com elemento da Aviação do Exército.

b. Nessas oportunidades, cumpre missões em proveito da força que o enquadra, visando facilitar as suas ações. Dentre as missões que poderá cumprir destacam-se as seguintes:

(1) ocupar, Mdt O, posições de aprofundamento, visando a: limitar penetrações; apoiar, pelo fogo, as posições de primeiro escalão; canalizar o ataque inimigo; e completar a defesa em todas as direções;

(2) proteger um flanco vulnerável;

(3) contra-atacar, a fim de reconquistar partes da área de defesa que tenham sido perdidas;

(4) estabelecer PAC ou participar dos PAG ou de forças de segurança;

(5) fazer parte da força de choque;

(6) constituir ou fazer parte das forças de SEGAR.

CAPÍTULO 4

OPERAÇÕES ESPECIAIS

ARTIGO I

GENERALIDADES

4-1. GENERALIDADES

a. Por sua própria natureza e destinação, as unidades de infantaria leve deverão estar aptas a cumprir missões que, por suas características, por exigirem emprego de material, armamento e equipamento especiais e, ainda, por serem desenvolvidas em áreas que requeiram o emprego de técnicas de combate peculiares às mesmas, são consideradas especiais, tais como:

(1) operações aeromóveis (principalmente o assalto aeromóvel);
(2) ataque noturno;
(3) infiltração;
(4) incursão;
(5) montagem de emboscadas;
(6) contraguerrilha;
(7) isolamento de uma localidade;
(8) ataque com transposição de curso de água;
(9) substituição;
(10) operações desenvolvidas em áreas urbanas;
(11) defesa de uma localidade.

b. A tropa de infantaria leve encontra nas operações com características especiais o seu campo de atuação mais fértil. Sua estrutura organizacional, material, armamento, equipamento, peculiaridades e adestramento, a credenciam como a mais apta ao cumprimento dessas missões. Na maioria das oportunidades, seus elementos atuarão de forma isolada. Este fator impõe um esmerado adestramento coletivo e individual. Suas peças de manobra deverão ser

especialistas no cumprimento de missões que se utilizem de ações furtivas, tendo como aliados o sigilo, a rapidez e a surpresa.

c. A emboscada, a infiltração e a incursão devem ser atividades correntes e familiares a cada um de seus integrantes. A noite deve ser sua aliada e um fator determinante para o êxito de suas ações.

d. Deve-se, ainda, considerar que, por tratar-se de uma tropa de pronto emprego, em condições de ser aplicada em qualquer parte do território nacional, a infantaria leve deverá estar plenamente apta a atuar sob condições especiais de ambiente, tais como:

(1) na caatinga;
(2) em área de selva;
(3) em regiões montanhosas;
(4) no pantanal;
(5) no cerrado.

e. No presente capítulo visualizar-se-ão algumas formas de emprego do BIL, quando da execução de operações consideradas especiais.

ARTIGO II

ATAQUE COM TRANSPOSIÇÃO DE CURSO DE ÁGUA

4-2. O BIL NO ATAQUE COM TRANSPOSIÇÃO DE CURSO DE ÁGUA

a. A combinação de forças pesadas e leves, também nesse tipo de operação, dá à força enquadrante uma maior flexibilidade no cumprimento da missão recebida.

b. A fluidez característica das unidades de infantaria leve facilita seu emprego numa operação com transposição de um curso de água. Como missões que podem receber destacam-se:

(1) realizar assaltos aeromóveis para conquistar elevações que caracterizem a linha de cabeça-de-ponte (L C Pnt), desde que esteja no alcance de 2/3 da artilharia de campanha, contados a partir da LC;
(2) infiltrar-se durante a noite - antes do desencadeamento do ataque - para conquistar objetivos que garantam (ou facilitem) o cumprimento da missão do escalão superior;
(3) realizar ações diversionárias, visando a iludir o inimigo quanto ao verdadeiro local previsto para a transposição;
(4) integrar o escalão de ataque, enquadradas por força de maior valor;
(5) proteger flancos vulneráveis do escalão de ataque, evitando a ação do inimigo sobre os mesmos.

ARTIGO III

ATAQUE A UMA LOCALIDADE

4-3. O BIL NO ATAQUE A UMA LOCALIDADE (Fig 4-1)

a. Visando ao seu eventual emprego nesse tipo de operação, a tropa leve deverá adestrar-se no combate aproximado, corpo-a-corpo e no interior de localidades.

b. Durante o ataque a uma localidade, o batalhão de infantaria leve poderá:

(1) integrar o escalão de ataque da força enquadrante;

(2) atuar isoladamente para conquistar uma localidade de dimensões compatíveis ao seu escalão e ocupada por forças inimigas que não extrapolem o seu poder de combate;

(3) ser empregado em operações aeromóveis para conquistar áreas no terreno que propiciem o isolamento da localidade;

(4) ter seus elementos de manobra empregados na manutenção, patrulhamento e limpeza de localidades conquistadas.

ARTIGO IV

ATAQUE NOTURNO

4-4. O BIL NO ATAQUE NOTURNO

a. A tropa leve é dotada de grande vocação para a execução de ações noturnas, pois todos seus homens são dotados com equipamento visão noturna. Um comandante que dispõe de forças leves deverá, no entanto, considerar as características e peculiaridades dessa tropa, de maneira a poder tirar o máximo proveito de suas potencialidades nesse tipo de operação.

b. Quando da execução de uma operação de ataque noturno, em proveito de uma força de maior poder de combate, um batalhão de infantaria leve poderá:

(1) infiltrar-se através da posição defensiva inimiga, precedendo o ataque noturno, para conquistar acidentes no terreno situados à sua retaguarda, de maneira a facilitar a ação da força amiga atacante;

(2) preceder um ataque coordenado, realizando um ataque noturno preliminar, para conquistar acidentes no terreno, fundamentais para o sucesso da operação como um todo;

(3) realizar a proteção de flancos vulneráveis;

(4) compor o escalão de ataque.

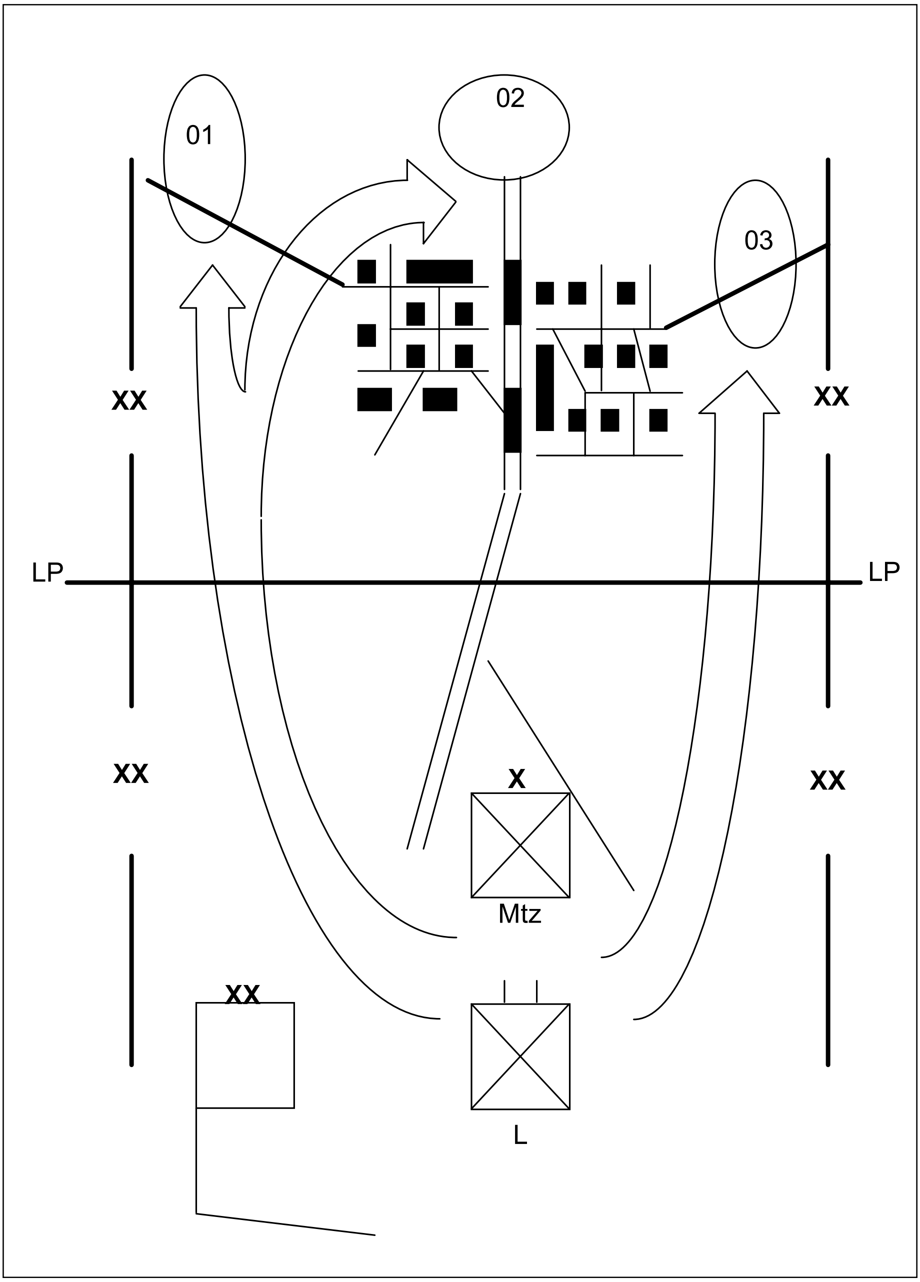


Fig 4-1. Uma DE empregando uma Bda Inf Mtz para investir sobre uma localidade, após determinar o seu isolamento por um BIL que está atuando sob o seu controle operacional

ARTIGO V

MONTAGEM DE EMBOSCADAS

4-5. O BIL NA MONTAGEM DE EMBOSCADAS

a. Trata-se de uma excelente técnica para destruir forças inimigas e pode ser utilizada quando da condução dos mais diversos tipos de operações ofensivas e/ou defensivas. Pode ser empregada em qualquer fase do combate, convencional ou irregular, para produzir baixas no inimigo, destruir o seu poder de combate, confundi-lo, desorganizá-lo e buscar informações sobre o mesmo.

b. Todos os elementos de infantaria leve, nos diversos níveis, devem estar familiarizados com a técnica de montagem de emboscadas.

c. A execução de uma emboscada será adequada nas seguintes condições:

(1) as informações sobre o inimigo são reduzidas;

(2) o terreno comporta todo o efetivo empregado, oferecendo espaço, cobertas e abrigos aos seus elementos;

(3) o terreno é recortado e canaliza o movimento do inimigo, fornecendo vantagens táticas à tropa que monta a emboscada;

(4) para proteger os flancos ou a retaguarda de forças maiores em proveito da qual a tropa leve se encontra atuando;

(5) para destruir colunas e comboios inimigos que se desloquem sobre estradas (rodovias e/ou ferrovias) e hidrovias (rios, canais, lagos, etc);

(6) para retardar forças inimigas que se lançaram em aproveitamento de um êxito alcançado, atuando sobre seus flancos e retaguarda vulneráveis.

d. Todas essas ações poderão ser desenvolvidas no interior de território inimigo ou sob o seu controle. A emboscada proporciona a um comandante obter a destruição do inimigo em terreno e área de sua escolha.

e. Quando da montagem de uma emboscada, poderá não haver a necessidade de que a totalidade de um determinado escalão seja empregado ao mesmo tempo. Assim, todos os elementos de infantaria leve, nos mais diversos níveis, devem estar aptos a agir isoladamente nesse tipo de operação.

f. A montagem de uma emboscada requer, em qualquer situação, que sejam tomadas medidas quanto à sua organização e segurança. Como exemplo, tendo como base a Fig 4-2, será descrita, a seguir, a técnica de montagem de uma emboscada nível batalhão.

g. No caso esquemático constante da figura 4-2, o comandante do 84º Batalhão de Infantaria Leve (84º BIL) recebeu a missão de montar uma emboscada com a sua unidade. Decidiu-se por dispor suas subunidades (SU) em profundidade, selecionando posições de emboscada ao longo de uma estrada a ser percorrida por forças inimigas.

h. À frente da linha de controle (L Ct) VERDE foi lançado o pelotão de

reconhecimento (Pel Rec), da Companhia de Comando e Apoio (Cia C Ap), para prover a segurança frontal do dispositivo do batalhão. Aquela fração estará encarregada de, principalmente, localizar o inimigo e dar o alerta sobre a sua aproximação. Os seus grupos de reconhecimento poderão, ainda, ser lançados em outras direções para evitar uma possível ação de surpresa inimiga nos flancos do dispositivo.

i. As SU de 1º escalão são responsáveis pela segurança dos flancos das suas zonas de ação (Z Aç). Essas SU preparam emboscadas, de valor Pel Fzo L, no interior dos seus setores de responsabilidade.

j. A 1ª Cia Fzo L estabelece uma zona de reunião (Z Reu) ocupada pela seção de comando (Sec Cmdo) e 01 Pel Fzo L, o qual atuará como força de reação da companhia. Outro pelotão estabelece sua própria Z Reu, separada da Z Reu/ Cia, destinada ao repouso, recuperação de material e armamento e preparação da tropa para o retorno ao cumprimento da missão de ocupar uma posição de emboscada. O seu terceiro Pel Fzo L estará realizando a tarefa de ocupar, sucessivamente, as posições de emboscada A, B e C.

l. Visando à segurança e à surpresa, cada posição de emboscada não deverá permanecer ocupada por período superior a 24 horas. O deslocamento entre uma e outra posição deverá ser executado em horários de visibilidade reduzida e a nova posição deverá ter sua ocupação concluída antes do Início do Crepúsculo Matutino Náutico (ICMN).

m. Quando do alerta da aproximação do inimigo, o comandante da companhia poderá, desde que não haja riscos para a manutenção do sigilo, determinar que o pelotão que se encontrava na Z Reu separada (descanso) ocupe uma das posições de emboscada desocupadas.

n. Os mesmos procedimentos serão adotados pela 2ª Cia Fzo L.

o. Os comandantes de SU poderão, ainda, dependendo do tempo de duração da missão e sem comprometer a segurança, realizar um rodízio de funções entre seus Pel.

p. A 3ª Cia Fzo L será empregada como Força de Reação Imediata do 84º BIL, ficando em condições de atuar em qualquer parte da Z Aç/Btl. Deverá conduzir reconhecimentos de locais no terreno supostamente ocupados por tropas inimigas e determinar que um de seus Pel Fzo ocupe, no interior da sua Z Aç, posições de emboscada preestabelecidas. Será mantida em Z Reu e seu comandante estará em contato constante com o comandante do Btl.

q. Os morteiros do pelotão de morteiros médios (Pel Mrt Me) serão posicionados de forma a terem capacidade de apoiar as ações nos setores de emboscada do Btl ocupados pelas SU.

4-6

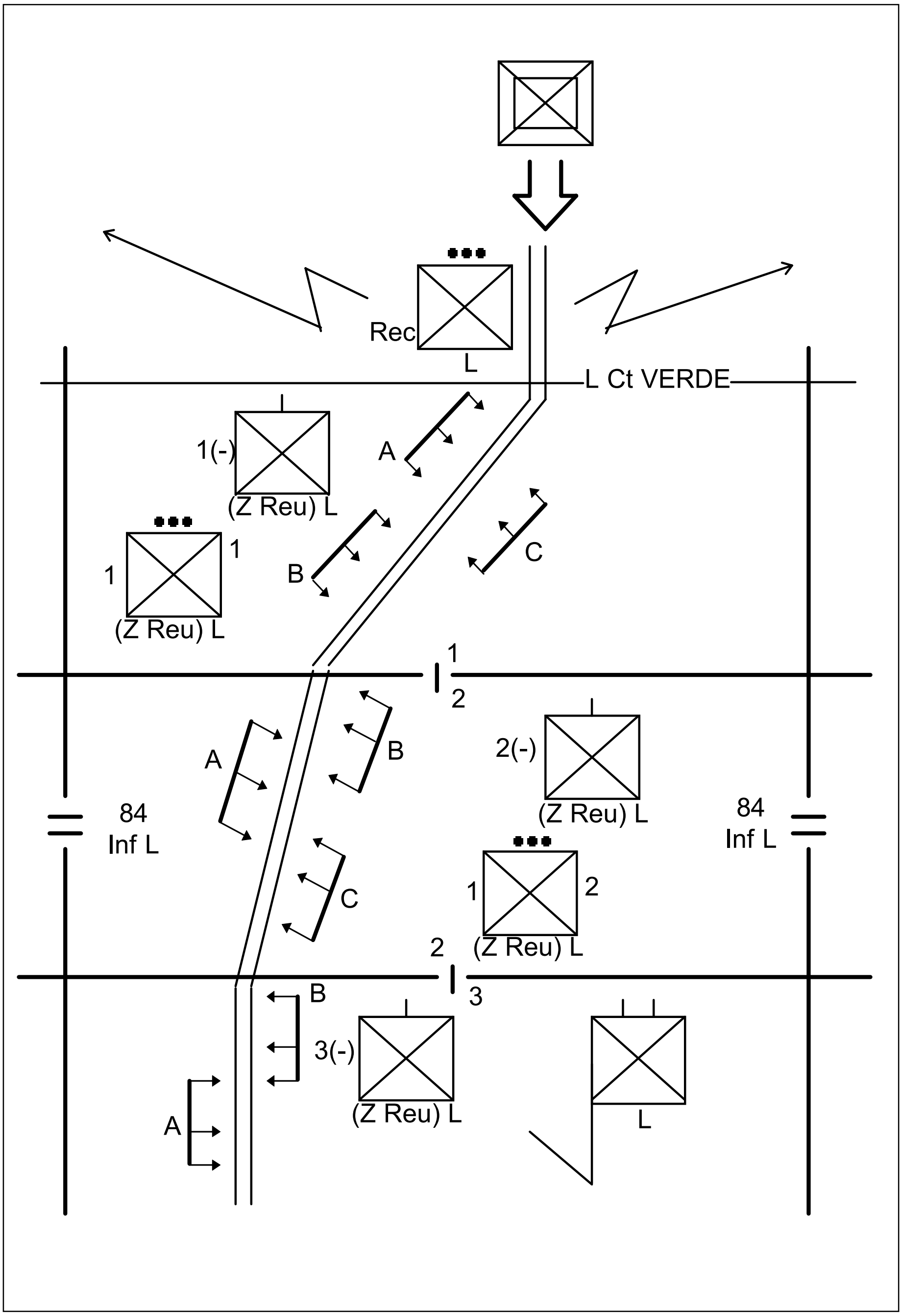


Fig 4-2. Um Batalhão de Infantaria Leve (BIL) realizando uma emboscada

ARTIGO VI

INCURSÃO

4-6. O BIL NA INCURSÃO

a. Trata-se de um ataque lançado contra posições sob controle do inimigo, normalmente precedido de uma infiltração e executado com a finalidade de:
(1) destruir ou capturar pessoal e/ou material inimigo;
(2) resgatar prisioneiros amigos em poder do inimigo;
(3) obter informações sobre o inimigo;
(4) manter ou retomar a iniciativa;
(5) inquietar o inimigo.

b. Deve-se dispensar especial atenção no que se refere ao isolamento da área de atuação (posicionamento de elementos de segurança) e à criteriosa utilização do apoio de fogo disponível.

c. Uma incursão poderá ser executada por frações de qualquer valor. Pelotões e grupos de combate usam, normalmente, técnicas de patrulha quando são encarregados de conduzir uma ação desse tipo.

d. Uma força de infantaria leve reúne condições ideais para a condução de incursões contra posições inimigas. As incursões caracterizam-se pela rapidez, surpresa, ação de choque e por um rompimento de contato (retraimento) detalhadamente planejado. As condicionantes do seu sucesso são as informações, a surpresa e a rapidez.

e. A surpresa é obtida através do uso da dissimulação, do sigilo durante o movimento e da rapidez - com segurança - durante a execução de cada fase da operação. É essencial que a força de incursão chegue à área de atuação sem ser percebida pelo inimigo. Caso o sigilo seja quebrado e, em conseqüência, a surpresa seja perdida, caberá ao comandante decidir se a missão deverá prosseguir ou ser abortada.

f. O estabelecimento de um quadro-horário que regule a utilização racional do tempo disponível para o cumprimento da missão recebida é fundamental. As informações existentes sobre o inimigo, o terreno, as condições meteorológicas, etc, auxiliarão no planejamento das ações a serem realizadas durante as diversas fases da incursão.

g. O retraimento constitui-se numa das etapas mais críticas da operação. Deve, portanto, ser planejado detalhadamente. Cresce de importância a execução do apoio de fogo planejado, que será empregado para manter o inimigo sob pressão, facilitando o retraimento da força que realizou a incursão.

h. Quando é previsto o uso de helicópteros para o retraimento, deve-se levar em conta a possibilidade de o inimigo atuar nos corredores aéreos que serão empregados. Da mesma forma, quando do planejamento dos itinerários de retraimento terrestres, sempre deverá ser considerada a capacidade que o

inimigo possui de intervir ao longo dos mesmos.

i. Em caso de perseguição, uma força de segurança, previamente determinada, deverá proteger o retraimento do grosso, realizando um retardamento do inimigo. Quando o grosso encontrar-se fora do alcance do inimigo, essa força de segurança se dispersará e se exfiltrará da área do objetivo - dividida em pequenas frações - indo reunir-se aos demais elementos em um ponto de reunião preestabelecido. Esse ponto de reunião, que deverá proporcionar segurança à tropa que o ocupa, será destinado à reorganização, conferência de efetivos e à redistribuição de pessoal, material, armamento e munição, caso necessário.

j. A figura 4-3, a seguir, procura representar uma incursão realizada por uma tropa de infantaria leve, agindo em proveito de uma força enquadrante de maior valor.

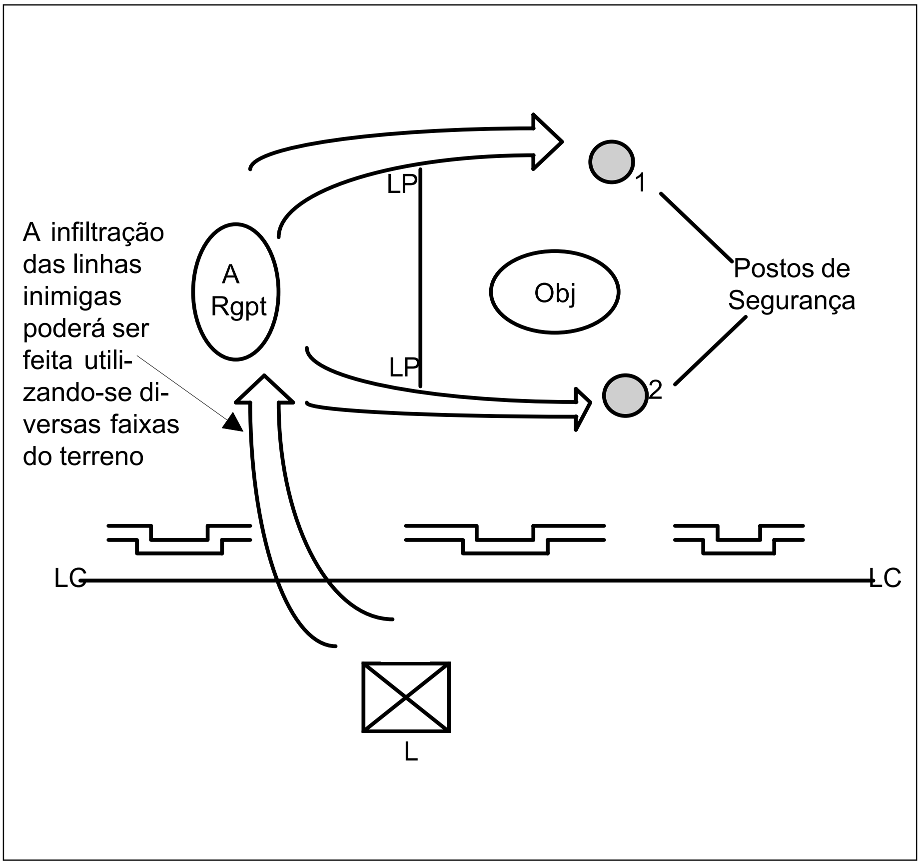


Fig 4-3. Uma incursão realizada por uma tropa de infantaria leve

ARTIGO VII

OPERAÇÕES DE ASSALTO AEROMÓVEL

4-7. GENERALIDADES

a. Este artigo visa a complementar dados constantes de publicações em vigor, particularmente o C 57-35 - OPERAÇÕES AEROMÓVEIS (ANTEPROJETO).

b. As operações aeromóveis se classificam em:
(1) assalto aeromóvel;
(2) reconhecimento aeromóvel;
(3) segurança aeromóvel;
(4) ataque aeromóvel.

c. A operação de reconhecimento aeromóvel é aquela na qual forças de helicópteros ou forças-tarefas aeromóveis (normalmente sob o comando da força de helicópteros) realizam reconhecimentos em benefício do escalão que as enquadra. Podem ser executados reconhecimentos de eixo, de área e zona.

d. A operação de segurança aeromóvel é aquela na qual forças de helicópteros ou forças-tarefas aeromóveis, cujo comando poderá ser atribuído tanto à F Helcp como à F Spf, realizam uma operação de segurança em benefício do escalão que as enquadra. Podem ser conduzidas operações de vigilância, de força de proteção, força de cobertura e SEGAR.

e. A operação de ataque aeromóvel é aquela na qual frações de helicópteros, constituindo, ou não, uma força-tarefa aeromóvel com elementos de superfície, sob o comando da F Helcp, são empregadas para neutralizar ou destruir forças inimigas aeromóveis ou de superfície, em proveito da operação conduzida pelo escalão que as enquadra.

f. Dentre essas operações enfatiza-se o assalto aeromóvel, devido às maiores possibilidades de ser conduzida pelas forças leves de infantaria, quando em campanha. Trata-se da operação na qual forças de superfície, armadas e equipadas, deslocam-se em aeronaves de asa rotativa, constituindo uma força-tarefa aeromóvel (FT Amv), sob o comando da força de superfície, visando à conquista de regiões do terreno.

4-8. O ASSALTO AEROMÓVEL

a. Uma operação de assalto aeromóvel é conduzida através do aerotransporte dos elementos de combate, apoio ao combate e apoio logístico, por meio de helicópteros.

b. Uma vez desdobrados no terreno, os elementos de superfície combatem de acordo com a sua destinação. O componente aéreo da FT Amv terá condições, no entanto, de permanecer atuando em benefício da força desembarcada, com seus meios aéreos, através de operações de reconhecimen-

to, segurança e ataque aeromóvel, bem como do transporte aéreo de suprimento, das reservas, das tropas que necessitarem de reposicionamento e da evacuação, seja de pessoal, seja de material.

4-9. POSSIBILIDADES DAS FORÇAS DE ASSALTO AEROMÓVEL

Uma FT Amv tem as seguintes possibilidades, dentre outras:

- atacar, partindo de qualquer direção, áreas inacessíveis por outros meios;
- ultrapassar obstáculos e posições hostis, obter a surpresa e obrigar o inimigo a reagir prematuramente ou revelar suas posições a outras forças de ataque;
- projetar o seu poder de combate, concentrando-o, dispersando-o, ou transformando-o, de forma a estender a área de influência do escalão que a enquadra e diminuir sua vulnerabilidade aos ataques inimigos;
- conduzir operações noturnas e em condições de visibilidade reduzida;
- manter um elevado ritmo nas operações, mediante o combate simultâneo em mais de uma direção ou em mais de uma área de operações.

4-10. LIMITAÇÕES DAS FORÇAS DE ASSALTO AEROMÓVEL

A FT Amv possui as seguintes limitações, dentre outras:

- os helicópteros não podem operar em condições de tempo extremamente adversas;
- é requerido alto grau de segurança nas zonas de desembarque, no momento do assalto;
- são vulneráveis às aeronaves táticas do inimigo, sua defesa aérea e à detecção e interferência eletrônicas e, ainda, possuem limitada capacidade de transporte terrestre.

4-11. MISSÕES DA FT Amv

a. Uma das mais significativas missões que podem ser atribuídas às FT Amv é a de impedir a livre movimentação do inimigo no campo de batalha. O desembarque de forças de assalto, de efetivos variados, em posições de bloqueio (pontos fortes), tornar-se-á ação corrente no desenrolar do combate para os elementos aeromóveis.

b. A FT Amv receberá - freqüentemente - por missão, conquistar objetivos além da linha de contato e em regiões de difícil acesso, dificultando a livre movimentação das reservas ou do segundo escalão do inimigo.

c. O reforço a posições avançadas será outra missão comum à FT Amv. Isto poderá ser cumprido por meio do deslocamento de unidades completas ou de pequenas equipes de armas anticarro para posições privilegiadas no terreno.

d. Outras missões que podem ser atribuídas a uma FT Amv

(1) Conquista e manutenção de acidentes importantes do terreno.
(2) Incursões.
(3) Segurança e reconhecimento previstos para bloquear ou cobrir vias de

acesso do inimigo durante uma operação de:

- força de cobertura;
- flancoguarda;
- segurança de área de retaguarda.

(4) Fintas e demonstrações.

(5) Economia de meios.

(6) Contra-ataque a penetrações inimigas, quando receber meios que aumentem seu poder de combate, como por exemplo, CC e/ou helicópteros de reconhecimento e ataque.

(7) Infiltração.

(8) Execução de patrulhas de grande raio de ação.

4-12. PLANEJAMENTO

a. Quatro planos são confeccionados por ocasião do desencadeamento de uma operação aeromóvel, a saber:

(1) plano tático terrestre;
(2) plano de desembarque;
(3) plano de movimento aéreo;
(4) plano de carregamento.

b. O plano tático terrestre, que serve de base para os demais planos, inclui, dentre outros, os seguintes itens:

(1) missões e ordens aos elementos subordinados;
(2) medidas de coordenação e controle para o ataque;
(3) organização para o combate da força de assalto;
(4) local e composição da reserva;
(5) apoio de fogo;
(6) apoio logístico;
(7) medidas de comando e controle.

c. O plano de desembarque informa a seqüência, o momento e o local de desembarque das tropas, dos meios de apoio de fogo, dos equipamentos e suprimentos. Deve basear-se no plano tático terrestre.

d. O plano de movimento aéreo é elaborado com base no plano tático terrestre e no plano de desembarque. Seu objetivo é fornecer as instruções necessárias ao movimento aéreo de tropas, equipamentos e suprimentos, das zonas de embarque às zonas de desembarque. Nele são regulados detalhes referentes às rotas aéreas, pontos de controle, velocidades, altitudes, formações, procedimentos durante o deslocamento aéreo, resgate de tripulação e material abatidos, etc.

e. O plano de carregamento é baseado no plano de movimento aéreo. Seu objetivo é assegurar que as tropas, equipamentos e suprimentos a serem deslocados sejam embarcados nas aeronaves previstas.

4-13. ASSALTO AEROMÓVEL

a. Devido às suas características e destinação, a unidade de infantaria leve deverá possuir pleno conhecimento do emprego de helicópteros, bem como estar eficientemente adestrada na condução de operações aeromóveis.

b. As tropas de infantaria leve conduzirão operações de assalto aeromóvel que se encontrarão, muitas vezes, inseridas no contexto de outras operações ofensivas ou defensivas, desenvolvidas pelo grande escalão em proveito do qual estiver agindo.

c. Assim, deverão estar aptas para, executando uma operação de assalto aeromóvel, cooperar na condução de uma operação desenvolvida pelo escalão superior (Esc Sp), tais como:

(1) ataque coordenado;
(2) marcha para o combate;
(3) aproveitamento do êxito;
(4) ataque e defesa de localidade;
(5) movimentos retrógrados;
(6) outros tipos de operações.

4-14. FASES DE UMA OPERAÇÃO DE ASSALTO AEROMÓVEL

Uma Op Ass Amv é conduzida em cinco fases.

a. 1ª Fase : APRESTAMENTO

(1) São feitos os preparativos das forças de helicópteros e de superfície.

(2) Inicia muito antes da necessidade de se preparar para o Ass Amv. Começa com a instrução da tropa de superfície e a preocupação de seu comandante em planejar o embarque do seu pessoal, material e equipamentos em aeronaves.

(3) Busca manter a tropa de superfície adestrada e se obter planos específicos de embarque em Anv de asa fixa, Helcp da Av Ex, Vtr de todo tipo, etc.

(4) Nesta fase estão, ainda, incluídos os deslocamentos das tropas de superfície e de aeronaves para a Z Emb.

b. 2ª Fase : EMBARQUE

(1) Realizado em uma determinada região do terreno, previamente escolhida, para onde se deslocam os componentes aéreos e terrestres.

(2) Deve ser feito da maneira mais rápida e organizada possível. É um dos momentos críticos da Op Ass Amv, pois encontram-se concentradas grandes quantidades de Anv e tropas, constituindo alvo bastante compensador para a F Ae ou Art do inimigo.

(3) As tropas de superfície deverão chegar para a Zona de Embarque em um prazo máximo de 15 minutos antes da hora prevista para o embarque nas aeronaves.

c. 3ª Fase : MOVIMENTO AÉREO

(1) É a execução do transporte dos elementos de superfície, realizado pela força de Helcp, com todo o seu material e equipamentos necessários à condução da operação.

(2) O Cmt F Helcp assessora o Cmt da força de superfície no planejamento desta fase.

d. 4ª Fase : DESEMBARQUE

(1) Do pessoal de superfície, realizado em local predeterminado. Normalmente, de 1 km a 3 km do objetivo.

(2) É outra fase crítica da Op Ass Amv.

e. 5ª Fase : OPERAÇÃO TERRESTRE

(1) Ações destinadas à conquista do objetivo pela força de superfície.

(2) A cargo do Cmt da força de superfície, é a fase que determina a execução das primeiras fases e lhes serve como base fundamental.

(3) Para que a missão obtenha sucesso, deverá contar com o apoio de fogo da F Ae, dos Helcp de reconhecimento e ataque, dos meios de guerra eletrônica e do fogo da Art Cmp.

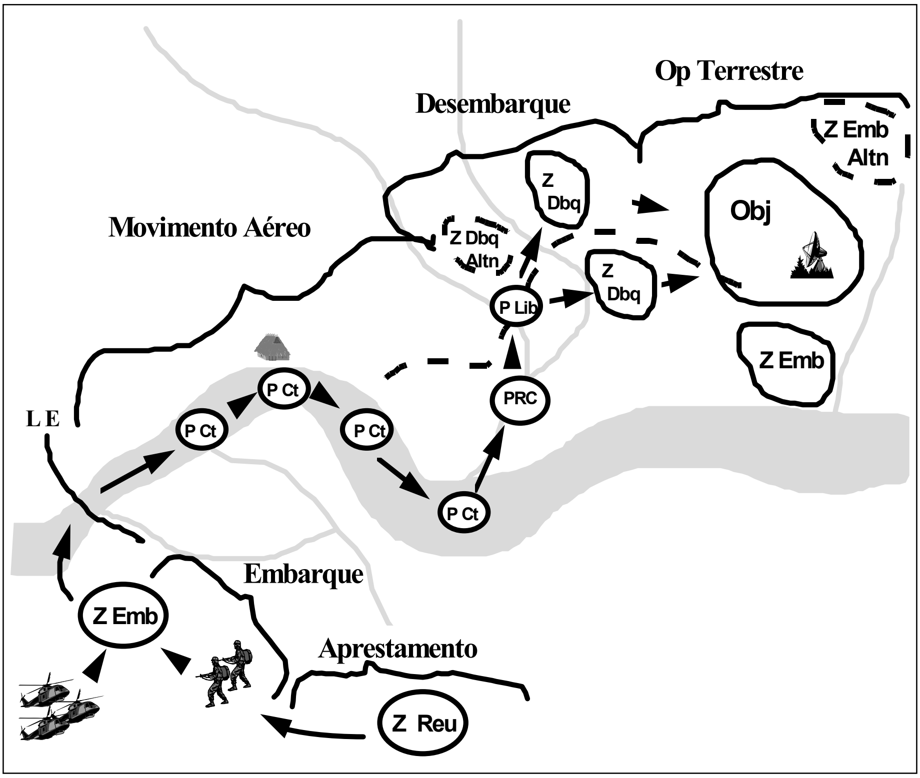


Fig 4-4. Fases de uma Op Ass Amv

4-15. EMPREGO DE HELICÓPTEROS

a. Dados de Planejamento

(1) 1 Pel Helcp Man ⇨ 1 Pel Fzo.
(2) 1 Esqd Av Ex ⇨ 1 Cia Fzo.
(3) Raio de ação ⇨ 80 km, a partir do LE.

b. Cargas tipo (exemplos)

(1) Para cada homem - 100 kg (1 espaço)
(2) Peça Mrt L
(a) Guarnição .... 400 kg
(b) Armamento .... 50 kg
(c) Munição .... 36 kg
(d) Total .... 492 kg (5 espaços)
(3) Peça Mrt Me
(a) Guarnição .... 400 kg(b) Armamento 60 kg
(c) Munição .... 90 kg
(d) Total .... 550 kg (6 espaços)
(4) Peça Msl AAe e Peça Msl AC
(a) Guarnição .... 300 kg
(b) Armamento .... 40 kg
(c) Total .... 370 kg (4 espaços)
(5) Peça Mtr 7,62 mm
(a) Guarnição .... 200 kg
(b) Armamento .... 27 kg
(c) Munição .... 33 kg
(d) Total .... 260 kg (3 espaços)
(6) A unidade deverá organizar todo e seu material e pessoal, segundo o "processo da carga-tipo" visando a estabelecer suas NGA para o emprego de helicópteros.

c. Técnicas de infiltração/exfiltração

(1) Rapel/Mc Guire
(a) Material empregado
- Fixação de cordas na aeronave
- HM ➞ 2 pontos, no mínimo. A corda lançada pela porta direita da Anv terá seus pontos de amarração do lado esquerdo da Anv e vice-versa.
- HA ➞ 2 pontos, no mínimo. A corda lançada pela porta direita da Anv terá seus pontos de amarração do lado direito da Anv e vice-versa.
- nó usado: azelha dupla com nó em oito;
- mosquetões frenados;
- inspecionar as cordas antes da fixação.
- Colocação das cordas nos mosquetões
- Rapelista:
- lado direito: ponta da corda para a proa da Anv;

- lado esquerdo: ponta da corda para o rotor de cauda.

- Rapelista canhoto faz o oposto.

(b) Emprego das cordas de acordo com o diâmetro

<table>
<tr><th colspan="2">Diâmetro</th><th>Resist Fração</th><th>Peso (m)</th><th>Comp Usual</th><th>Emprego</th></tr>
<tr><td rowspan="2">Retinidas</td><td>3 a 4 mm</td><td>250 kg</td><td>-</td><td>-</td><td>Dobrada para confecção de estribo de emergência</td></tr>
<tr><td>5 a 6 mm</td><td>500 kg</td><td>-</td><td>-</td><td>Confecção de estribos e içamento de material leve</td></tr>
<tr><td colspan="2">7 mm</td><td>1100 kg</td><td>33 g</td><td>40 m</td><td>Confecção de cinturões, anéis em trabalhos de cordada deverá ser dobrada</td></tr>
<tr><td colspan="2">9 mm</td><td>1600 kg</td><td>50 g</td><td>60 m</td><td>Normal em descidas e cordadas</td></tr>
<tr><td colspan="2" rowspan="2">11 mm</td><td rowspan="2">2300 kg</td><td rowspan="2">70 g</td><td>40 m</td><td>Semelhante à de 9 mm</td></tr>
<tr><td>80 m</td><td>Adequada às operações de resgate e salvamento</td></tr>
</table>

Cordas de NYLON - GRILON

Diâmetro	Resistência Aproximada		
	Torcida	Trançada	Trançada SN
6 mm	750 kg	650 kg	-
7 mm	-	850 kg	-
8 mm	1400 kg	900 kg	950 kg
10 mm	2100 kg	1100 kg	1200 kg
12 mm	3000 kg	1600 kg	1700 kg
14 mm	-	-	2200 kg
16 mm	-	-	2800 kg

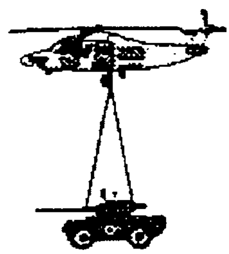
(c) Corda Fradeada
- Comprimento .... 40 m
- Diâmetro .... 1,5 pol
- Dist entre nós .... 50 a 60 cm
- Material .... Nylon

(d) Outros dados

- Equipamento individual:
  - mosquetão, freio em oito, facão ou machadinha;
  - cinturão para transporte de pessoal ou assento americano/ suiço (fazer amarrações no final da corda);
  - capacete e luvas;
- Cada ilhós suporta uma carga de 1500 kg.
- O mecânico de vôo durante a operação deverá estar com o facão ou machadinha na mão.
- Dificuldade respiratória terá como sinal convencionado a colocação das mãos na cabeça.
- O comprimento mínimo da corda solta no solo é de 5 m.
- A velocidade máxima da Anv para a execução do Mc Guire é de 60 kt e o tempo máximo de deslocamento é de 30 min.

(2) Carga externa

Peso / Anv	Eqp	Carga Max
HM	17 kg	1600 kg
HA	2,49 kg	750 kg



4-16. EMBARQUE E DESEMBARQUE DE TROPA

a. Capacidade de Embarque

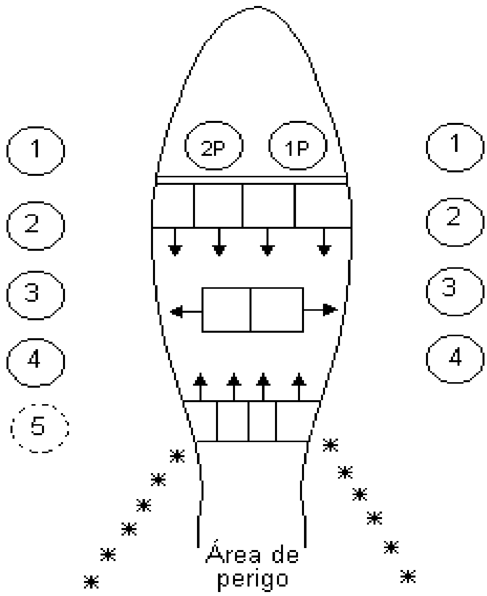
Cargas Tipo \ HDV	0.5	1.0	1.5	2.0	2.5	3.0
1	856	856	856	856	856	856
2	856	856	856	856	856	856
3	856	856	856	856	856	856
4	856	856	856	856	856	856
5	856	856	856	856	856	856
6	856	856	856	856	856	856
7	800	750	750	750	-	-
8	700	650	650	-	-	-
9	600	550	550	-	-	-

- O quadro especifica a quantidade de combustível, em kg, máximo para cumprir a missão.
- Carga tipo em unidades de 100 kg.
- Não inclusa na carga tipo a tripulação básica (2 P e 1 MV), 300 kg.
- O cômputo foi feito com o acréscimo de O.5 HDV de "Lazeira".

b. Embarque (Anv isolada)

(1) HM-1 (PANTERA)

(a) Posição no solo



Embarque na ordem numérica crescente, em cada lado da aeronave.

De costas para o Helcp, mantendo vigilância da área circunvizinha (alto-guardado), não havendo a necessidade de preocupação com o Helcp que se aproxima.

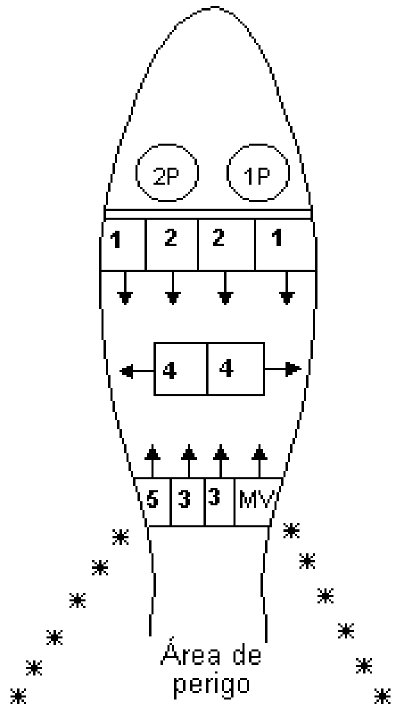
O espaço entre os homens deve ser suficiente para permitir aproximação do Helcp para o centro do dispositivo. Diâmetro aproximado de 30 metros.

A posição Nº 4 (porta esquerda) deve ser ocupada pelo Cmt da tropa que embarca.

A posição no solo após o desembarque é idêntica à situação anterior ao embarque.

Fig 4-5. Posição no solo para o embarque em Anv isolada a ser adotada pela tropa, (HM-1)

(b) Posição no helicóptero



A ordem para o embarque será enviada via rádio do piloto ao mecânico, que a retransmitirá aos Nr 01, por gestos com os braços (chamada).

Os elementos de Nr 01 deverão estar atentos à porta do Helcp, aguardando o sinal visual do mecânico.

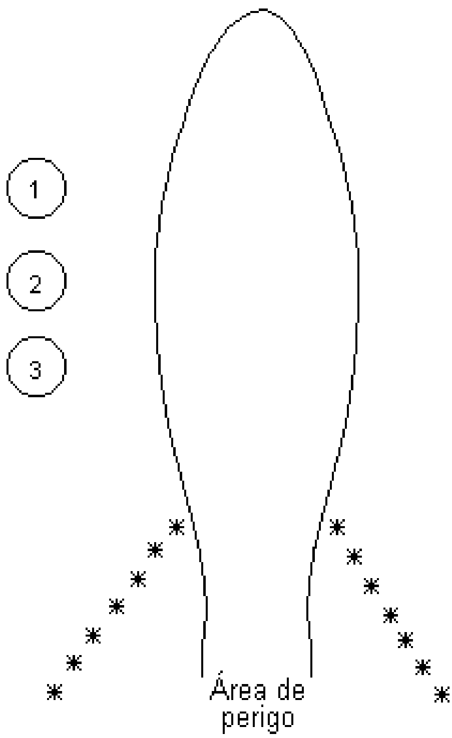
Os demais elementos deverão embarcar sequencialmente, após o primeiro elemento (Nr 01) iniciar o deslocamento para o embarque, evitando-se um congestionamento na porta do Helcp.

Efetuado o embarque no Helcp (tropa sentada e cintos presos) o mecânico informará ao piloto "tropa embarcada - livre decolagem", que, a partir do aviso, realizará a decolagem.

Fig 4-6. Posição da tropa no interior do HM-1, após o embarque

(2) HA-1 (ESQUILO)

(a) Posição no solo

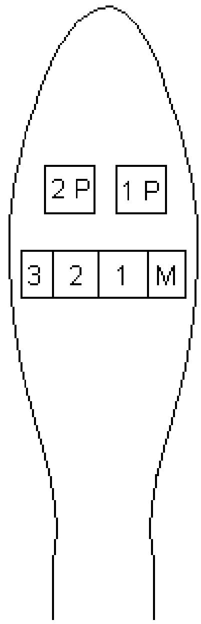


De costas para o Helcp, mantendo vigilância da área em frente (somente do lado esquerdo do Helcp).

A posição no solo após o desembarque é idêntica à situação anterior ao embarque.

Fig 4-7. Posição no solo, para o embarque em Anv isolada, a ser adotada pela tropa (HA-1)

(b) Posição no helicóptero



Embarque na ordem numérica crescente.

Mesmo procedimento descrito para o Helcp HM-1, apenas utilizando-se a porta lateral esquerda e o último homem a embarcar (Cmt) será o Nr 03.

Fig 4-8. Posição no interior do HA-1, após o embarque

c. Desembarque (Anv isolada)

(1) HM-1 (PANTERA)

(a) A tropa desembarcará na ordem numérica decrescente.

(b) No início do procedimento para pouso, o piloto dará ordem à tripulação (mecânico) de "preparar para o desembarque". Este abrirá a porta lateral direita e retransmitirá, via sinal visual, a ordem ao Nr 04 (ou 05) que abrirá a porta lateral esquerda; os elementos da tropa embarcada deverão empunhar a fivela do cinto de segurança, aguardando o "livre desembarque".

(c) No momento ideal para o desembarque, o piloto comandará "livre desembarque" e o mecânico retransmitirá por gestos (para fora) à tropa. Somente após ter recebido esta ordem é que poderá ser solto o cinto de segurança.

(d) O desembarque deverá ser feito de modo ordenado, iniciando-se pelos Nr 04 (ou 05) (porta esquerda) e Nr 04 (porta direita).

(e) Em princípio, todos os integrantes da tropa deverão desembarcar e tomar posição deitado (alto-guardado), conforme a posição prescrita para a espera do embarque no Helcp. Somente após a decolagem do mesmo a tropa deverá seguir a destino.

(2) HA-1 (ESQUILO)

(a) A tropa desembarcará na ordem numérica decrescente.

(b) O desembarque seguirá o mesmo procedimento descrito para o Helcp HM-1, apenas utilizando-se a porta lateral esquerda e o primeiro homem a desembarcar será o Nr 03.

d. Prescrições diversas

(1) As operações de embarque e desembarque deverão ser feitas com o máximo de rapidez, porém, de forma ordenada.

(2) O armamento individual será transportado pelo combatente entre as pernas, com o cano voltado para cima e travado. Deverá haver o máximo cuidado para que o cano da arma não atinja o teto do Helcp, danificando-o, particularmente no PANTERA, que apresenta o teto bastante baixo.

(3) Ao virar-se para o Helcp, para o embarque, o homem não deve mais atirar, travando sua arma antes de embarcar.

(4) Nunca se aproximar por trás do Helcp, devido ao rotor de cauda.

(5) Especial atenção deve ser dado ao terreno inclinado, pois tanto o rotor de cauda como o principal poderão passar mais próximo do solo que o normal. A aproximação para o Helcp deverá ser efetuada, sempre, inclinando-se o corpo.

(6) Uma vez constatada uma emergência por parte da tripulação, os elementos embarcados deverão se manter em seus lugares, a não ser que seja ordenado o salto. Tendo sido ordenado saltar, isto deverá ser cumprido imediatamente.

(7) É proibido fumar a bordo em operações de assalto.

4-17. OPERAÇÃO DA ZONA DE POUSO DE HELICÓPTERO

a. Operação da ZPH diurna

(1) Os Loc Ater podem ser designados por cores empregando-se painéis e fumígenos de cor do local de aterragem.

(2) Em cada local de aterragem poderá ficar um sinalizador (responsável pela colocação dos painéis do Loc Ater), que pode ser o próprio chefe do local de aterragem.

(3) Quando da aproximação do(s) Helcp para o pouso, o operador do rádio terra-avião deverá informar as condições do vento e dar livre pouso (conforme modelo de Msg).

(4) Os tipos de balizamento utilizados por painéis para Helcp de pequeno e médio porte são:

(a) TANGO,

(b) YANKEE e

(c) QUADRADO.

(5) No balizamento "T" (TANGO), os locais de aterragem poderão ser dispostos em coluna, em escalão à esquerda e em linha; a 1ª Anv deverá pousar 5 m à esquerda do 1º painel da perna, as demais 5 m à esquerda de cada painel, conforme as figuras a seguir.

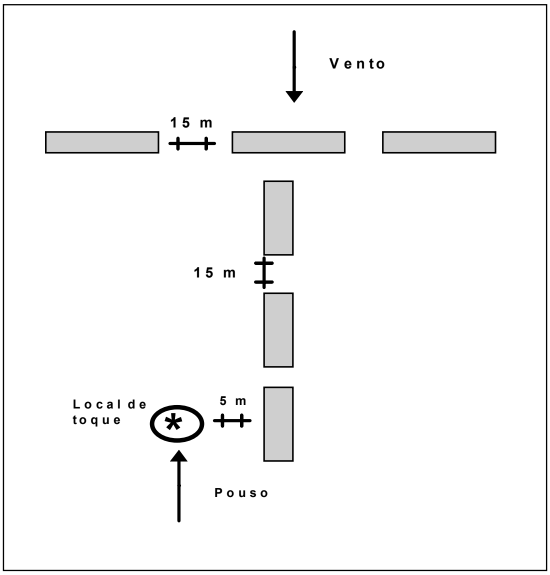


Fig 4-9. Balizamento TANGO

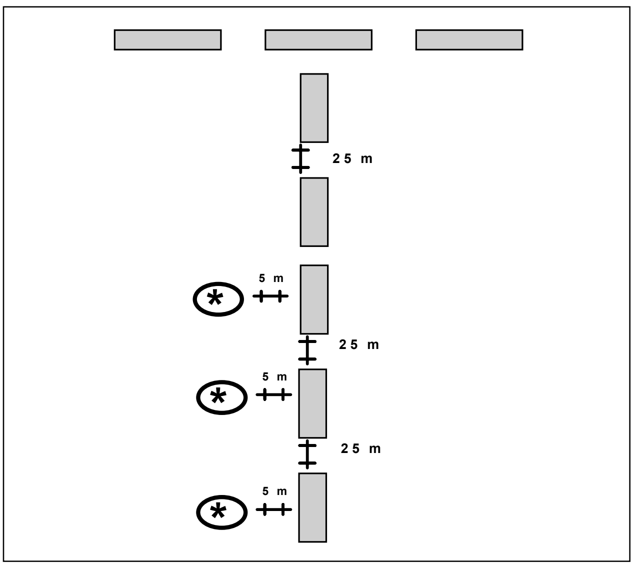


Fig 4-10. Balizamento em coluna

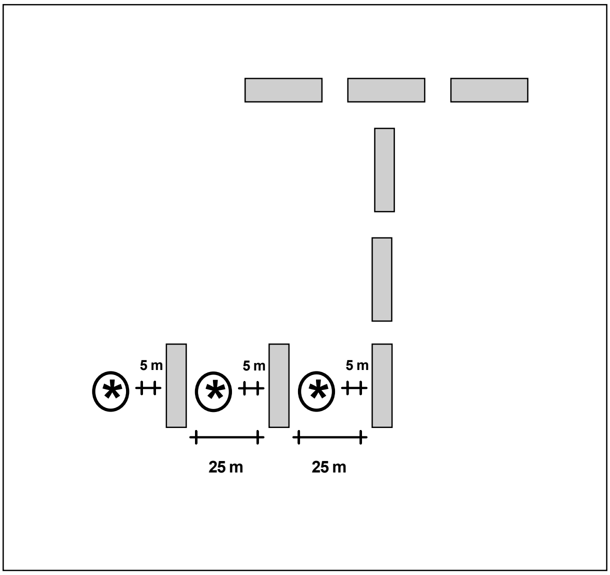


Fig 4-11. Balizamento em linha

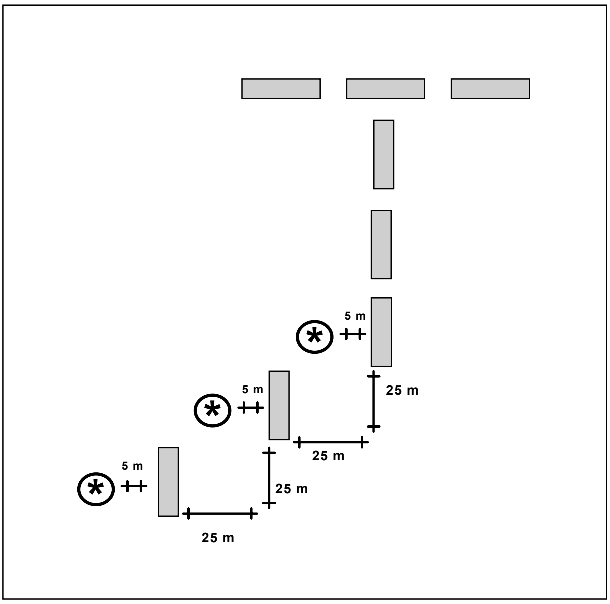


Fig 4-12. Balizamento em escalão à esquerda

(6) O balizamento YANKEE será utilizado somente com Loc Ater para pouso de 01 (um) Helcp, onde o mesmo deverá pousar entre os painéis do braço.

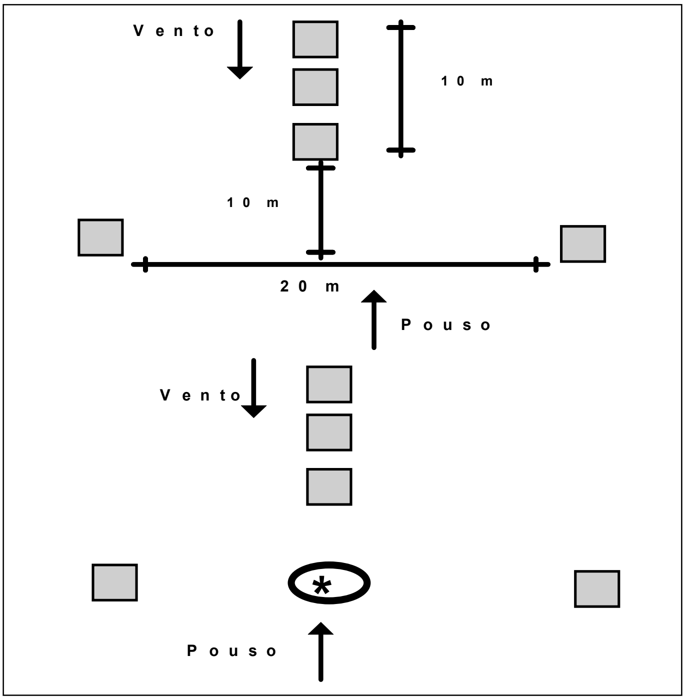


Fig 4-13. Balizamento YANKEE

(7) O tipo QUADRADO é utilizado somente com Loc Ater para pouso de 01 (um) Helcp.

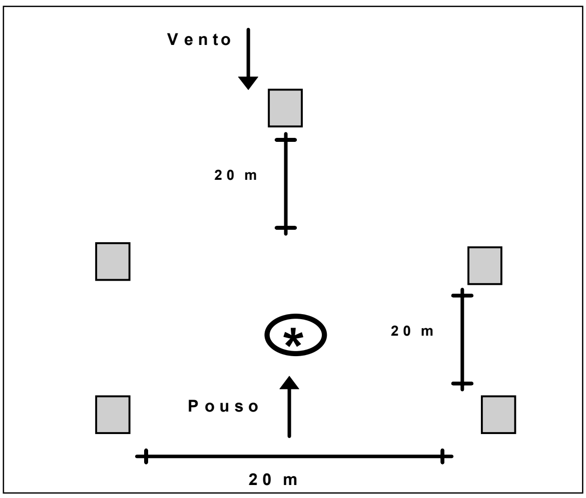


Fig 4-14. Balizamento QUADRADO

b. Operação de ZPH noturna

(1) Em uma ZPH noturna, cada TANGO, cada local de aterragem será balizado com lâmpada(s), todas da mesma cor.

(2) A cor será determinada nas I E Com ou combinadas nos "briefing" antes da operação, reservando-se apenas a cor **azul** para uso de emergência.

(3) No local de aterragem deverá ficar apenas o sinalizador com seus bastões luminosos para que outras pessoas não criem obstáculos e não distraiam os pilotos durante a aproximação, pouso e decolagem.

(4) As lâmpadas de balizamentos normais e a do balizamento de emergência permanecerão acesas durante toda a operação, desde a chamada do Helcp no PRC (ponto de referência das comunicações) estabelecido no planejamento da missão.

(5) Loc Ater com lâmpadas azuis é utilizado por Helcp em emergência. No Loc Ater de emergência não existe sinalizador.

(6) Quando da aproximação do(s) Helcp(s) para o pouso, o Op Rad terra-avião deverá informar as condições do vento e dar "livre-pouso".

(7) O sinalizador deverá ficar à frente do ponto onde o Helcp pousar, cerca de 30 m.

c. Organização da Equipe Precursora para a Op de uma ZPH

(1) O efetivo da equipe a ser empregada depende da quantidade de Loc Ater a ser(em) utilizado(s), da quantidade de Helcp previstos para cada vaga e do tempo útil para a equipe nos objetivos, antes da chegada da vaga principal.

(2) Uma Eq Prec para operar uma ZPH é organizada em três turmas básicas.

(a) Turma do Centro de Controle (CC) - Controla as Atv de toda a Eq e das Anv, dentro da ZPH, utilizando a rede rádio terra-avião para a ligação com as Anv. Controla, ainda, as ações do restante da Eq através das ligações terrestres e mantém um controle das aterragens e decolagens.

(b) Turma dos Loc Ater - Escolhe, prepara e marca as áreas dentro destes locais destinados ao pouso de cada Helcp, designando os pontos exatos de toque das Anv. Mantém ligação terrestre com o CC, marca com meios auxiliares visuais as direções de aterragem e decolagem para os Helcp, indica os pontos de Reu iniciais para a tropa, Eqp e Sup, fornece segurança relativa contra Atq Ini.

(c) Turma do Ponto de Liberação - Atua com meios auxiliares eletrônicos de longo alcance (NDB de campanha) e meios auxiliares à navegação em ponto predeterminado na rota de aproximação das Anv. Mantém comunicação com o CC.

(3) Constituição de uma equipe e atribuições

Turma	Posto/Grad	Função	Atribuições
Centro de Controle	Ten/Sgt	Ch Equipe	Controla a ZPH
Locais de Aterragem	Sgt	Ch Tu Loc Ater	Estabelece os meios Aux à navegação, prepara e marca o ponto de toque, realiza Com com o CC
	Cb/Sd	Rad Op e Aux	Auxilia na montagem do Loc Ater
Ponto de Liberação	Sgt/Cb	Ch Tu P Lib	Estabelece os meios Aux eletrônicos e visuais à navegação
	Sd	Auxiliar	Auxilia na montagem do P Lib
OBSERVAÇÃO: se a Op Ass Amv exigir um grande Nr de Loc Ater, o efetivo deverá ser modificado de acordo com as necessidades de cada missão			

d. Locais de aterragem

(1) Natureza do solo - Evitar poeira, objetos que possam ser aspirados e verificar a consistência após chuvas.

(2) Declive

- Inferior a 10% (sobe 1 m a cada 10 m)
- Direção de pouso: nariz da Anv para cima.

(3) Obstáculos

- Evitar proximidade de fios.
- Devem ser balizados com painéis vermelhos.

(4) Cobertas e abrigos

- Locais de reunião da tropa devem ser protegidos.
- Itinerários entre as Anv e as Z Reu balizados e facilmente identificáveis.

e. Fraseologia empregada (exemplo), após o contato rádio e autenticação realizados entre a F Spf e a F Helcp

(1) F Helcp : É Pantera com mais duas e mais três Esquilos, no bloqueio da ponte sobre o Rio Jangal.

(2) F Ter : Situação Ini negativo, vento de 3-0-0 com 8 nós, coordenação para aterragem a cargo de Pantera Uno, pousando os panteras ao norte e os esquilos ao sul; aproximação ideal aos 2-7-0, observe alta tensão ao sul do Loc Ater. Livre pouso, Urutu;

(3) F Helcp : Ciente. Pantera.

f. A força de superfície faz a chamada inicial com as Anv quando:
(1) manteve contato visual;
(2) manteve contato auditivo;
(3) dois minutos antes de HSO.

4-18. O MAIOR ESCALÃO DE EMPREGO

A análise de diversos fatores indicam que, no BRASIL, o batalhão é o maior escalão a ser empregado adequadamente numa operação de assalto aeromóvel. Tais fatores estão relacionados com a doutrina vigente - que estabelece restrições quanto à profundidade (dentro do alcance da artilharia de campanha) e duração (48 horas) da operação - e com a realidade da Força Terrestre Brasileira.

ARTIGO VIII

OPERAÇÕES CONTRAGUERRILHA

4-19. O BIL NAS OPERAÇÕES CONTRAGUERRILHA

a. A forma de emprego dos elementos de infantaria leve em operações contraguerrilha é, basicamente, a mesma das tropas de infantaria motorizada e encontra-se regulada, em detalhes, no C 31-16 e IP 31 -l5. A principal diferença encontra-se na maior flexibilidade que possuem, devida às suas peculiaridades de organização, material, armamento e equipamento.

b. Um eficiente adestramento deverá torná-los aptos a conduzir operações contraguerrilha enquadrados por uma força maior, ou mesmo isoladamente, nas mais diversas áreas do território nacional.

ARTIGO IX

OPERAÇÕES NO INTERIOR DE ÁREAS URBANAS

4-20. O BIL NAS OPERAÇÕES NO INTERIOR DE ÁREAS URBANAS

a. A fluidez, a organização e o material empregado habilitam o BIL à condução de operações no interior de áreas urbanas.

b. Os escalões de infantaria leve deverão adestrar-se, prevendo o seu emprego nos seguintes tipos de missões no interior de áreas urbanas:
(1) estabelecimento de postos de bloqueio e controle de estradas (PBCE);
(2) estabelecimento de postos de segurança estáticos (PSE).

c. Nessas operações, as unidades poderão atuar enquadradas por uma força de maior poder de combate ou de forma descentralizada. Assim, todos os escalões subordinados, até o nível pelotão, deverão estar em condições de atuar isoladamente.

ARTIGO X

SUBSTITUIÇÃO DE TROPA DE INFANTARIA LEVE

4-21. GENERALIDADES

a. Caso a operação tática se estenda por longo período, poderá ser necessária a substituição de uma tropa de infantaria leve.

b. Como a tropa leve participa, normalmente, de uma Op Ass Amv, ela será o elemento a ser substituído nas operações de ultrapassagem ou substituição em posição.

4-22. JUNÇÃO

a. Como complemento de uma Op Ass Amv, a junção é uma ação que antecede a uma operação de substituição.

b. Sendo considerada de alto risco faz-se necessário uma estreita coordenação dos planos das forças que participarão desta ação.

c. Normalmente, são empregadas as seguintes frações:
(1) o Pel Seg, quando o batalhão participar da operação;
(2) um GC do Pel Fzo reserva, quando for a Cia Fzo, podendo ser o Pel Seg (ou uma fração deste), caso esteja reforçando esta SU.

4-23. ULTRAPASSAGEM

a. Quando o BIL for apoiar a ultrapassagem de uma força os seguintes assuntos deverão ser coordenados com a mesma:
(1) troca de informações;
(2) troca de planos;
(3) medidas para os reconhecimentos da unidade que vai ultrapassar;
(4) medidas de segurança durante a ultrapassagem;
(5) seleção das regiões de passagem e fornecimento de guias;
(6) prioridades nas estradas e providências para o controle do movimento;
(7) hora ou circunstânicas em que se fará a transferência da responsabilidade da área;
(8) apoio de fogo e outras formas de apoio tático a serem prestados pela unidade que vai ser ultrapassada;
(9) apoio logístico a ser prestado pela unidade que vai ser ultrapassada.

b. Seleção das regiões de passagem - Sempre que possível, as regiões selecionadas para a ultrapassagem devem ser os intervalos existentes entre as peças de manobra em posição ou em seus flancos. Este processo reduz a vulnerabilidade que ocorre quando uma unidade passa diretamente através de posições ocupadas por outra unidade.

c. Prioridades nas estradas - A unidade que vai ultrapassar deve ter prioridade nas estradas para o interior e dentro da zona de ação da unidade que vai ser ultrapassada. A prioridade deve ser estabelecida pelo comando que determinou a operação. O controle do trânsito na zona de ação da unidade que vai ser ultrapassada é de responsabilidade desta, até que a responsabilidade da zona de ação seja transferida. A unidade que ultrapassa pode reforçar a capacidade de controle de trânsito da unidade em posição, durante a ultrapassagem.

d. Passagem de comando - A hora ou circunstâncias em que a responsabilidade da zona de ação será transferida deve ser combinada pelos dois comandos interessados. Normalmente, o comandante da unidade que ultrapassa assume a responsabilidade da zona de ação na hora da passagem da LP (se em contato com o inimigo), de uma linha de controle (caso não haja contato com o inimigo), ou mesmo antes disso.

4-24. SUBSTITUIÇÃO EM POSIÇÃO

a. Deverá ser desencadeada uma operação de substituição em posição nas seguintes situações, dentre outras:

- substituir uma tropa que tenha perdido o seu poder de combate;
- substituir uma tropa que esteja em combate por longo período de tempo;
- substituir uma tropa que necessite de cuidados médicos ou descontaminação devido à exposição a agentes químicos e/ou nucleares;
- substituir uma tropa que estiver mantendo uma determinada posição, após a realização de uma junção.

b. As unidades de infantaria leve poderão estar envolvidas numa operação de substituição em quaisquer das situações acima descritas. Daí a necessidade de estarem plenamente familiarizadas com os procedimentos correspondentes à execução da mesma.

c. As unidades envolvidas numa operação de substituição deverão:

- designar pessoal de ligação a partir do nível subunidade (SU);
- trocar seus planejamentos táticos e de apoio de fogo;
- conduzir reconhecimentos conjuntos na área de operações;
- estabelecer itinerários para o deslocamentos do pessoal de cada fração, a fim de facilitar as medidas de segurança e a rapidez da operação;
- estabelecer medidas de coordenação e controle e o momento da assunção do comando da zona de ação pelo comandante da tropa substituta.

ARTIGO XI

DEFESA DE UMA LOCALIDADE

4-25. O BIL NA DEFESA DE UMA LOCALIDADE

a. As características das unidades de infantaria leve as habilitam à

execução desse tipo de operação com ainda mais vantagens que, por exemplo, as de infantaria motorizada.

b. Uma área urbana é facilmente transformada num ponto forte:

- pedras, tijolos, construções de alvenaria e metálicas proporcionam cobertura e proteção;
- as ruas e avenidas podem ser utilizadas como rotas de ressuprimento, evacuação e remuniciamento;
- os sistemas de comunicações existentes na localidade podem ser utilizados pela força que a defende;
- construções podem ser demolidas para que seus escombros sirvam como obstáculos.

c. Uma unidade de infantaria leve pode ser empregada para defender uma localidade, integrando uma força maior, ou mesmo agindo isoladamente, desde que o porte desta localidade seja compatível com o escalão considerado.

d. Quanto aos aspectos planejamento, normas de comando, execução, medidas de coordenação e controle etc, pode-se empregar as orientações contidas nos manuais em vigor no Exército, tais como o C 7-20 (para o escalão batalhão), adaptando-os às peculiaridades deste tipo de tropa.

ARTIGO XII

OPERAÇÕES EM REGIÕES ESPECIAIS

4-26. GENERALIDADES

Sendo uma tropa de pronto emprego, altamente móvel (quando apoiada por helicópteros) e destinada a ser empregada em qualquer parte do território nacional, a unidade de infantaria leve deverá ser adestrada no combate em áreas peculiares tais como caatinga, selva, montanha, pantanal e cerrado.

4-27. O EMPREGO DO BIL

a. As técnicas especiais e a doutrina de emprego dos mais diversos escalões da Força Terrestre, correspondentes a cada tipo de operação de que trata o presente parágrafo, encontram-se estabelecidas em manuais e publicações diversas em vigor.

b. Assim, o comandante deverá zelar para que a sua tropa esteja familiarizada com algumas técnicas especiais, inerentes ao combate nessas áreas, tais como:

- sobrevivência;
- orientação;
- construção de abrigos;
- primeiros socorros;

- construção de armadilhas;
- transposição de obstáculos;
- outras técnicas especiais necessárias ao combatente que atua em áreas de selva, montanha, caatinga, pantanal, cerrado, respeitando as características, recursos naturais e peculiaridades de cada uma delas.

c. Somente após a assimilação de técnicas como as citadas acima, a tropa poderá dar início ao seu adestramento coletivo, em operações de caráter convencional e/ou irregular, nesses ambientes operacionais considerados especiais.

CAPÍTULO 5

A COMBINAÇÃO DE FORÇAS LEVES E PESADAS EM OPERAÇÕES

ARTIGO I

GENERALIDADES

5-1. GENERALIDADES

a. O emprego coordenado de forças leves e pesadas, pela flexibilidade tática que representa, tem sido estudado, exaustivamente, por exércitos de vários países do mundo.

b. No campo de batalha de média intensidade, os objetivos da força leve devem ser cuidadosamente escolhidos e os riscos inerentes ao seu emprego cuidadosamente avaliados. A força leve pode ser muito produtiva, porém é altamente vulnerável se empregada sem a devida análise dos fatores da decisão (missão, inimigo, terreno, meios e tempo disponível).

c. Não é necessária uma doutrina "pesada/leve" adicional, porém o conhecimento prático de como atuar nessas situações é extremamente importante. Deve-se, ainda, estabelecer parâmetros que viabilizem a compatibilidade entre as forças leves e as pesadas.

d. Para que se obtenha uma coordenação eficiente entre as forças há a necessidade que se desenvolva um trabalho conjunto permanente. Assim, constantes exercícios de adestramento devem ser previstos e executados como forma de se adquirir a experiência e o conhecimento mútuo entre as forças.

e. O controle operacional desejável entre as forças pesadas e leves - desde o escalão companhia até o nível brigada - é possível, embora que apenas por períodos limitados e em missões específicas. A eficiência nesse tipo de

operação depende do estabelecimento de uma linguagem comum, do conhecimento mútuo da capacidade de cada força, da participação integrada nos planejamentos e da unidade de procedimentos durante a sua execução.

f. O Exército deve, constantemente, buscar estabelecer os parâmetros mais adequados para esse tipo de emprego de suas forças. Com este fim, deverá direcionar o seu treinamento para, através da execução de operações de forças leves/pesadas, colher lições que possam operacionalizar o seu emprego.

g. O presente capítulo terá como objetivo principal levantar algumas providências que deverão ser adotadas pelas forças leves e pesadas, quando atuando em conjunto.

ARTIGO II

COMANDO E CONTROLE

5-2. COMANDO E CONTROLE

a. Deve haver a troca de informações pelos oficiais de ligação entre os níveis brigadas e batalhões. Os postos de comando/centros de operações devem ser posicionados lado a lado de modo a pôr em contato os oficiais de operações, de informações e de apoio de fogo de ambas as forças.

b. As duas forças devem procurar estabelecer um esquema de manobra comum até o nível batalhão.

c. É muito importante manter-se uma compreensão mútua e clara de sinais de reconhecimento, das Instruções para o Emprego das Comunicações e Eletrônica (I E Com Elt) e dos planos de operações com as diversas situações de conduta a serem adotadas em caso de necessidade.

d. É essencial a compreensão de que a convergência tática de forças leves/pesadas indica uma unidade de comando. Todos os comandantes deverão estudar, detalhadamente, suas respectivas diretrizes para assegurarem-se de que são compatíveis.

e. Redes de comunicações comuns devem ser estabelecidas para facilitar a coordenação de todas as ações.

f. Os elementos avançados da Força Aérea e da Aviação do Exército deverão fazer parte da condução dos "briefings" das unidades a serem apoiadas.

g. Os pontos de ligação e de junção deverão ser estabelecidos em locais que não permitam a detecção indevida da força leve pelo inimigo.

ARTIGO III

INTELIGÊNCIA

5-3. INTELIGÊNCIA

a. Forças LEVES e PESADAS

(1) Um ponto de enfoque comum da missão a ser cumprida é imperativo para facilitar uma estreita interação na busca de dados sobre o terreno e o inimigo.

(2) A integração dos trabalhos de Inteligência deverá sempre levar em conta:

- as diferenças entre como as forças pesadas e as leves consideram as suas necessidades prioritárias;
- o desenvolvimento de um único plano de reconhecimento e de vigilância;
- a implementação de uma única rede de Inteligência durante os períodos de planejamento e execução.

(3) Quando for empregado o BIL, deve-se entender que o serviço de inteligência neste escalão é básico, tanto no que se refere ao efetivo como ao equipamento, o que o torna dependente, portanto, da divisão de exército (DE)/ brigada (Bda), para a maior parte dos produtos formais decorrentes dos informes obtidos no campo de batalha.

(4) A força leve concentra seus meios de coleta de informes na artilharia (de campanha e antiaérea) e nas viaturas blindadas do inimigo, seguindo esta ordem de prioridade. Essas prioridades são outras nas forças pesadas e essa diferença deve ser compreendida por ambos os comandantes.

(5) Deve-se valorizar o fato de que as forças leves possuem uma extensa capacidade humana de coleta de informes, resultante do seus elementos de reconhecimento, da considerável quantidade de equipamento individual de visão noturna e de sua capacidade de infiltração.

b. Forças Leves - Devem ser capazes de identificar, de maneira rápida e precisa, os blindados inimigos, distinguindo-os das viaturas amigas e devem avaliar cuidadosamente a equação de mobilidade relativa entre as forças amigas e inimigas.

c. Forças Pesadas - Devem compreender que possuem uma capacidade relativamente limitada inerente à vigilância de longo alcance e que devem fazer máximo uso dos equipamentos eletrônicos disponíveis na atividade de coleta de informes.

ARTIGO IV

MANOBRA

5-4. MANOBRA

a. Forças LEVES e PESADAS

(1) Devem ser empregadas pelo menos dentro do alcance de apoio mútuo das armas de tiro indireto; contrabalançar a hora da operação de junção com a vulnerabilidade da força leve para evitar deixá-la em dificuldades. Forças leves não podem ser detectadas em regiões descobertas após o alvorecer.

(2) A sincronização da manobra é caracterizada por uma boa combinação das capacidades de cada força (pesada/leve) e do conhecimento da capacidade de manobra das forças inimigas.

(3) É fundamental buscar-se a sincronização da manobra com os esforços disponíveis dos helicópteros de reconhecimento e ataque. O comandante da Aviação do Exército deve estar no PC do escalão condutor das ações nas fases de planejamento e execução das operações. Sempre que possível, deverão ser executados treinamentos e ensaios em conjunto com a aviação.

b. Forças Leves - Devem ser empregadas em terreno acidentado ou em situações de visibilidade limitada para cerrar sobre o inimigo. Devem tirar proveito de seu alto desempenho em missões de desorganização e dissimulação na área de retaguarda, para tolher a liberdade de manobra das forças inimigas ou provocar mudanças em seus planejamentos e devem levar em conta a sua inferioridade no que se refere ao apoio de fogo e à mobilidade tática de suas armas anticarro. São encarregadas de proporcionar proteção direta ou indireta para as operações das forças pesadas (atuando na retaguarda do inimigo, bloqueando tropas ECD reforçar, atraindo reservas, etc).

c. Forças Pesadas - Devem tirar proveito da capacidade de contra-reconhecimento e de proteção da força leve.

ARTIGO V

APOIO DE FOGO

5-5. APOIO DE FOGO

a. Forças LEVES e PESADAS

(1) Devem trocar informes atualizados, relacionados com todas as medidas de coordenação de apoio de fogo e devem consolidar as listas de alvos.

(2) É necessário o desenvolvimento de um programa de execução de apoio de fogo conjunto a fim de regular, dentre outros, os seguintes aspectos:

- quem atira e com que armas;
- a destruição de pontos críticos quando o inimigo aproxima-se da área ou da linha previamente delimitada;

- quem controla a execução dos fogos.

(3) Da mesma forma, deverá ser desenvolvida uma lista comum de alvos para o apoio aéreo aproximado, a fim de definir, dentre outros aspectos, o elemento que controlará tal apoio e quem fará a sua integração com a artilharia.

(4) Equipes de ligação devem ser enviadas durante as operações de junção com o objetivo de facilitar a transferência do controle do apoio de fogo.

(5) Devem garantir que todos tenham conhecimento das medidas restritivas de apoio de fogo e que as mesmas se apliquem tanto para os fogos indiretos como para os diretos.

b. Forças Leves

(1) Deverão procurar proteger ao máximo a sua artilharia para reduzir a sua vulnerabilidade. Devido ao seu alcance limitado, a artilharia é geralmente empregada em operações de apoio aproximado.

(2) Sua artilharia deve ser empregada em apoio às operações de infantaria cujo enfoque seja o de ações furtivas. Isso eliminará a preparação e outros fogos preliminares.

(3) Devem coordenar o fogo de contrabateria e de interdição que serão assumidos pela artilharia mais pesada.

ARTIGO VI

ARTILHARIA ANTIAÉREA

5-6. ARTILHARIA ANTIAÉREA

a. As forças leves e pesadas, atuando em coordenação, devem consolidar o planejamento para a cobertura da artilharia antiaérea, considerando o ritmo da mobilidade tática das unidades a serem cobertas.

b. Os sinais de detecção e alerta devem ser disseminados através da artilharia antiaérea e dos canais de comando.

ARTIGO VII

APOIO LOGÍSTICO

5-7. APOIO LOGÍSTICO

a. Os meios de evacuação de ambas as forças deverão, se possível, ser compartilhados.

b. As forças leves necessitam um maior apoio em transportes terrestres para a pré-estocagem de suprimentos. Sistemas flexíveis de ressuprimento deverão ser previstos para apoiar, de forma eficiente, as forças leves.

c. Caso as operações de um batalhão sejam prolongadas (prazos além das quarenta e oito horas normais), haverá a necessidade de um apoio

suplementar por parte do escalão superior que for elo na cadeia de suprimento.

d. Não poderá deixar de ser considerado que as operações logísticas são excepcionalmente vulneráveis aos impactos das condições meteorológicas extremas e que as forças leves são, geralmente, ressupridas por meios aéreos.

CAPÍTULO 6

LOGÍSTICA NO BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE

6-1. GENERALIDADES

O planejamento logístico nas operações do batalhão de infantaria leve reveste-se de características próprias, devido aos seguintes fatores:

a. limitados meios orgânicos de apoio logístico;

b. emprego de subunidades, ou mesmo de pelotões, descen-tralizadamente;

c. precariedade da malha viária nas prováveis áreas de operações;

d. armamentos, munição e equipamentos específicos da dotação do BIL;

e. capacidade de durar na ação prevista para o BIL;

f. previsão de rápido aprestamento e deslocamento estratégico para a área de operações;

g. possível intermitência no apoio logístico do escalão superior;

h. máxima utilização dos recursos locais existentes onde o BIL estiver operando, exigindo um planejamento detalhado e estreito contato entre o BIL e o comando responsável pela citada área;

i. utilização de cargas-padrão, tanto para o aprestamento como para o ressuprimento;

j. curto prazo para o aprestamento;

l. necessidade de manter atualizados os dados necessários ao transporte do BIL (peso, volume, quantidades, etc) em aeronaves de asa rotativa e/ou fixa, uso de meios rodoviários, ferroviários e/ou fluviais;

m. dificuldades de transporte das munições e dos petrechos (Msl AC e AAe, Gr Mrt, Gr CSR, etc) na área de operações;

n. durante as operações, dispor, ou não, de viaturas orgânicas;

o. maior flexibilidade no desdobramento total ou parcial das instalações e trens do Btl e das SU para atender as exigências da situação enfrentada;

p. dependência de estimativas acertadas das necessidades para toda a operação.

6-2. ATRIBUIÇÕES

O comandante do batalhão de infantaria leve é o responsável pela logística interna de sua unidade, bem como pelo apoio aos elementos colocados em reforço para o cumprimento de determinada missão. No exercício desta atribuição, o comandante é assistido pelos seguintes elementos:

a. subcomandante - assessora o comandante e supervisiona as atividades logísticas. Na ausência do comandante faz cumprir o planejamento do apoio logístico;

b. oficial chefe da 1ª seção (S1) - planeja e coordena as atividades ligadas ao pessoal;

c. oficial chefe da 4ª seção (S4) - planeja, coordena e fiscaliza a execução de atividades logísticas, com destaque para a manutenção, suprimento, saúde, além do transporte necessário ao cumprimento das missões do Btl. Mantém o Cmt informado da situação e dos efeitos das limitações logísticas em todas as fases das operações. Tem como auxiliares:

(1) comandante e subcomandante da companhia de comando, respectivamente, na área de PC e trens de estacionamento, quando desdobrados;

(2) comandante do pelotão de comunicações, no suprimento e manutenção do material de comunicações;

(3) comandante do pelotão de suprimentos, nos assuntos relativos aos suprimentos, com relevo para os de Classe I, III, V, VIII e água;

(4) comandante do pelotão de saúde, no atendimento, triagem e evacuação de pessoal.

6-3. ORGANIZAÇÃO DO APOIO

a. Instalações logísticas

(1) As instalações logísticas do BIL serão sumárias devido a, principalmente, que os suprimentos dimensionados dentro das necessidades da operação estarão distribuídos entre os componentes do BIL e no pelotão de suprimentos da companhia de comando e apoio.

(2) As Áreas de Trens de Combate, de Estacionamento e das Subunidades somente serão desdobradas se a situação exigir e para atender

às atividades de saúde, manutenção (principalmente armamento), suprimento classe I (rações operacionais), classe V e água. Poderão ser utilizadas construções e abrigos naturais existentes no terreno.

(3) Quando o planejamento para determinada operação do BIL ditar a necessidade de uma maior permanência na área de operações as instalações para os trens poderão ser mais completas, tendo em vista o apoio do B Log L, dos elementos em reforço ou, se houverem condições, apoio de elementos designados pelo G Cmdo responsável pela operação.

(4) Caberá à Cia C instalar e operar as instalações da ATE e ATC.

b. Utilização de viaturas - O planejamento para a utilização das viaturas orgânicas, ou parte delas, na área de operações, onde o batalhão de infantaria leve será empregado, dependerá dos seguintes fatores:

(1) natureza e tempo de duração da missão;

(2) meios alocados pelo escalão superior na área de operações, entre outros, viaturas, manutenção e suprimentos;

(3) capacidade e disponibilidade dos meios de transportes, particularmente aeromóveis, colocados em apoio ao batalhão; e

(4) condições de segurança.

c. Suprimento

(1) Preparação e Recebimento - O BIL parte para o cumprimento da missão com parte do Sup em poder do combatente e parte no Pel Sup, devidamente acondicionados e em quantidades definidas pelo planejamento. O ressuprimento do batalhão se dará através de carga-tipo entregues ou lançadas pela OM de apoio, em horários predeterminados ou quando a situação permitir, preferivelmente à noite.

(2) Estocagem

(a) A estocagem dos suprimentos será feita na ATE, sob coordenação do SCmt da Cia C e executada pelo Pel Sup.

(b) O nível de Sup a ser estocado será em função da missão, da segurança, da freqüência do ressuprimento a ser adotada pelo Esc Sp, das condições de armazenamento da área operacional, do efetivo a ser empregado e das condições de aproveitamento dos recursos locais.

(3) Distribuição

(a) Será realizada pelo Pel Sup, o qual deverá ficar ECD utilizar qualquer meio de transporte para sua execução, principalmente, em relação ao emprego de aeronaves de asa rotativa.

(b) Os suprimentos estarão organizados em carga-tipo. Caso seja possível, em função dos recursos existentes na área de operações, o ideal será a preparação desses suprimentos em "pallets", o que facilita o seu transporte e, quando se fizer necessário, o seu lançamento de aeronaves, seja de asa fixa ou rotativa.

(4) Dotação de classe V (M)

(a) A dotação específica baseada, em princípio, na capacidade de durar na ação do BIL, deverá ser composta de:

- munição transportada pelos elementos do BIL;
- munição transportada pela seção de munição do pelotão de

suprimentos do BIL (já loteada em cargas-padrão).

(b) Estas dotações serão determinadas pelo comandante do batalhão.

(c) Dotação para o armamento individual - Será transportada pelo detentor do armamento e também pela seção de munição preparada em carga-tipo, visando, principalmente, o seu transporte em helicópteros.

(d) Dotação para o armamento coletivo (petrechos)

- Será transportada pelos integrantes das frações (pelotão, seção, grupo ou peça) com o auxílio de outros elementos não integrantes das frações de petrechos e, também, pela seção de munição (cargas-padrão), de acordo com as diretrizes do comandante do batalhão.

- Os elementos não pertencentes às frações de petrechos deverão deixar a munição em locais designados, de preferência próximas às posições dos petrechos já instalados no terreno.

(e) Remuniciamento - Caso seja necessário um recompletamento da dotação orgânica, durante as 48 horas iniciais das operações, o pelotão de suprimentos deverá estar em condições de, através do posto de remuniciamento, fornecer qualquer tipo de munição de acordo com as dotações previstas para as citadas operações.

d. Elementos em reforço - Conforme a missão, o batalhão poderá receber Elm da Bda (B Log) em reforço. Nesta situação, se desdobrará e realizará os trabalhos de acordo com determinações do S4. Sua composição variará de acordo com a situação, o planejamento do apoio do Esc Sp ou conforme pedido do batalhão.

ÍNDICE ALFABÉTICO

DISTRIBUIÇÃO

1. ÓRGÃOS

Gabinete do Ministro 01

Estado-Maior do Exército 10

DEE, DFA 01

DMAvEx 01

2. GRANDES COMANDOS E GRANDES UNIDADES

COTer 03

Comando Militar de Área 01

Divisão de Exército 01

Brigada 01

12ª Brigada Inf Leve (Amv) 15

Artilharia Divisionária 01

COMAvEx 05

3. UNIDADES

Forças Especiais 01

Aviação 01

4. SUBUNIDADES (autônomas ou semi-autônomas)

Aviação 01

5. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

ECEME 02

EsAO 05

AMAN 02

EsSA 01

CPOR 01

EsACosAAe, CIGS, CI Av Ex, CI Pqdt GPB, CIGE 01

6. OUTRAS ORGANIZAÇÕES

C F N 01

EAO (FAB) 01

EGGCF 01

Estas Instruções Provisórias foram elaboradas pelo Estado-Maior do Exército.